

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ASSUNTOS
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e dezessete minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência do senhor deputado Zeca do PT, foi aberta a reunião com o tema: "Dificuldades no Acesso a Linhas de Crédito ao Pronaf para a Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul."

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAIQ) — Boa tarde! Quero agradecer a presença de todos. É uma satisfação recebê-los aqui na Assembleia Legislativa. É importante a participação dos representantes de instituições bancárias, que são credenciadas para operar pelo Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf). Espero que esta reunião seja bem produtiva. Vamos, agora, compor a Mesa. Quero convidar o Ronderson, representante do Banco do Brasil; o Ricardo, representante da Caixa Econômica; a nossa grande companheira Marina, superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a Karla, secretária executiva da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul; e o Fernando, diretor-presidente da Agraer. Registraremos a presença do Marcelo, da Superintendência Nacional da Pesca; do nosso querido companheiro vereador Landmark, de Campo Grande; do vereador Abílio, de Coxim; do homem da pesca, o vereador Batista, de Coxim. Registraremos, também, a presença dos representantes dos movimentos sociais organizados na luta pela terra, pela agricultura familiar, pela reforma agrária. A ideia de fazermos esta reunião surgiu por conta de demandas que nos têm sido apresentadas. Nós temos buscado e conseguido dialogar com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica e com as cooperativas acerca da necessidade de se aprimorar o atendimento àqueles que buscam o Pronaf, essa ferramenta fundamental. Queremos avançar na implantação de um novo modelo para a agricultura familiar do nosso estado. Eu tenho andado com a Marina, com o Incra, com a Agraer, enfim, com as instituições que cuidam da agricultura familiar. O Haroldo sempre está conosco, esse nosso companheiro do Banco do Brasil, nas viagens, nas reuniões que temos feito pelo interior. Eu tenho dito aos companheiros que o governo Riedel tem se mostrado sensível com relação ao compromisso ideológico do governo Lula, que visa atender a agricultura familiar, os assentados, os agricultores da agricultura familiar tradicional, as pequenas propriedades, os quilombolas e os índios. Isso nos tem feito avançar. Temos avançado inclusive no que tange ao conceito de reforma agrária. Por muito tempo, perdurou a ideia de que a reforma agrária era uma luta desafiadora e corajosa, que muitos neste estado travaram, acampando durante anos na busca de um lote para produzir. Após a conquista da terra, a experiência parecia se resumir apenas a isso. No entanto, a reforma agrária é muito mais do que a simples posse da terra — embora esta seja, insisto, uma conquista de extrema importância. É fundamental que, a partir dessa conquista, políticas públicas sejam desenvolvidas para que o agricultor possa efetivamente produzir, crescer, se desenvolver, gerar renda e progredir — esse é o anseio de qualquer cidadão, por mais humilde que seja. Nós contamos

com a sensibilidade do Governo do Estado e com o compromisso do presidente Lula para avançarmos nesse sentido por meio do trabalho do Incra e do MDA. Já avançamos nos últimos três anos. É importante registrar que, há três anos, o MDA sequer existia. O governo anterior havia transformado o MDA em um órgão residual dentro do Ministério da Agricultura e Pecuária. Com a chegada do Lula à presidência, o MDA foi recriado, assim como as superintendências, como é o caso da que temos aqui, a comandada pela Marina. Isso tudo tem permitido avanços concretos nas políticas públicas. O Incra também teve um papel transformador. Durante o governo passado, a autarquia fazia tudo, menos cuidar da reforma agrária. Hoje, o Incra e o MDA são atuantes e comprometidos. A Agraer também tem sido uma parceira fundamental nesse processo. Para vocês terem uma ideia do avanço, no final de 2022 e início de 2023, havia menos de três mil assentados com o CAF — documento que permite o acesso às políticas públicas da agricultura familiar. Os companheiros Beto e Washington desempenharam um papel significativo na Agraer nos últimos três anos. Hoje, esse número aproxima-se de trinta mil famílias, se não for mais, consolidando um avanço significativo. O mesmo se aplica à regularização fundiária e à entrega das CCUs (Contratos de Concessão de Uso). A Agraer passou por remodelação, reconceituação e reestruturação, com a contratação de cento e vinte e três novos técnicos, fortalecendo a assistência técnica à agricultura familiar. Isso tudo aconteceu por conta de uma iniciativa da nossa comissão aqui da Alems junto ao governador. Nos últimos tempos, a Agraer contratou cento e vinte e três novos técnicos. A política de assistência técnica é fundamental lá na ponta, onde está o pequeno produtor. A comissão tem contribuído para isso e também para desmistificar conceitos equivocados de que existe um antagonismo entre a agricultura familiar e o agronegócio. Esses dois setores são absolutamente compatíveis e exercem papéis complementares: o agronegócio produz commodities para exportação — grãos e carnes —, permitindo a entrada de dólares, equilíbrio da balança comercial e geração de empregos. A agricultura familiar, por sua vez, produz alimentos de qualidade que nutrem o povo brasileiro, merecendo atenção, valorização e recuperação de autoestima. Tenho reforçado aos agricultores familiares que eles não são pequenos nem coitados, são importantes. E digo sempre: vocês devem levantar a cabeça e reivindicar seus direitos. Nós estamos aqui para apoiá-los. Esse trabalho é fundamental e vem sendo desenvolvido continuamente, inclusive para combater ideias equivocadas que surgem, sobretudo durante períodos eleitorais, sobre reforma agrária. Muitos dizem por aí: "Essa coisa é do PT, é coisa de comunista." Esse tipo de afirmação não tem lógica. A reforma agrária é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico e para a democratização de qualquer país. Tomemos como exemplo os Estados Unidos e a Europa: há séculos, talvez, já tenham realizado sua reforma agrária. No meu entendimento — e aqui falo de forma pessoal — é inadmissível que um cidadão possua 50, 80, 90, 100 ou 200 mil hectares de terra. Isso é absolutamente incompatível com meus princípios políticos, ideológicos e até cristãos. Esse é um trabalho que nós também temos desenvolvido. Nesse contexto de avanços, um dos problemas que enfrentamos é a relação do pequeno agricultor com as instituições. A reclamação mais frequente é que são destratados, tratados com arrogância e desdém por servidores e funcionários. Posso falar com propriedade, pois sou bancário aposentado do Banco do Brasil, e sei o quanto é essencial compreender o papel extraordinário que a

agricultura familiar cumpre. Essa falta de compreensão atinge diretamente a autoestima do agricultor, que vê o grande fazendeiro ser recebido em um banco com café, água gelada e ar-condicionado, enquanto ele é subestimado ao chegar com as botinas sujas e as mãos calejadas. Muitas vezes, esse desrespeito chega ao ponto de alguns manifestarem desejo de que a reforma agrária e a agricultura familiar fossem extintas. Trata-se de um desprezo profundo, fruto de desinformação e ignorância. Por isso, nós tomamos a iniciativa de fazer esta reunião. Não se trata de uma audiência pública, mas de um encontro para conversarmos e buscarmos parâmetros e entendimentos que possam modelar um novo processo de atendimento. Na próxima semana, estarei em Brasília: na segunda-feira, vou tratar de assuntos relacionados à reforma agrária; na terça-feira, tenho reunião com o deputado Vander Loubet, com a deputada Camila Jara e com o ministro Fernando Haddad. Vamos buscar recursos significativos para avançarmos na reforma agrária. Nossa meta é, ainda este ano, implementar projetos de assentamento para três a quatro mil famílias. Esses recursos são fruto de uma grande audiência pública, que reuniu quase dois mil trabalhadores rurais acampados aqui na Assembleia Legislativa, com a presença da ministra Simone Tebet, da ministra substituta da Agricultura Familiar, Fernanda, e do diretor do Incra. É compromisso da ministra Simone viabilizar esses recursos até o final do ano, o que é absolutamente possível. Também marcamos audiência com o ministro Renan Filho, vamos buscar recursos para construção de mais mil e duzentas casas nos assentamentos, nas aldeias e nas comunidades quilombolas. Além disso, teremos reunião com a presidente da Funai para tratarmos da questão das terras indígenas em nosso estado. O presidente Lula, durante uma conversa que tivemos em Ribas do Rio Pardo, comprometeu-se a resolver o problema das terras quilombolas de Dourados e de outras localidades, e é preciso que isso seja definitivamente solucionado. Hoje, conversei com a assessoria do presidente Lula. Talvez ele esteja em viagem para a Índia ou para a China. Caso ele esteja em Brasília, poderemos tratar diretamente com ele dessas questões políticas e estruturais. Queremos, por fim, agradecer, mais uma vez, a presença de todos e informar que nossa próxima pauta será convidar o presidente da Energisa para discutirmos a questão da energia rural. O problema é dramático, sendo constante a reclamação de quedas de energia e queima de aparelhos. Já há recursos disponibilizados via Agraer, em torno de três a quatro milhões de reais, fruto de articulação com o deputado Vander e a deputada Camila, que permitirão iniciar um processo de agroindustrialização. O pequeno agricultor não pode depender apenas da venda de sua produção, não pode vender sua produção *in natura*, tem que agregar valor. E há alguns exemplos que me encantam. Por exemplo, eu não me canso de citar o caso das mulheres que agregam valor com frutas em Itaporã. Quando eu era deputado federal, fui visitá-las, e elas produziam dois ou três hectares de goiaba. Quando chegava a safra, a despolpadeira que possuíam era pequena, processava apenas setenta quilos por dia, o que fazia com que elas perdessem grande parte da produção. Por meio de uma emenda, instalei uma despolpadeira capaz de processar mil quilos por dia. Hoje eu ganhei de presente... No Natal, inclusive, eu e a dona Gilda fizemos um documentário, mostramos uma cesta com goiaba cascão, geleia doce, geleia apimentada e polpa de goiaba. Hoje, elas compram frutas de outros assentamentos. E, também, por meio de uma emenda nossa, está sendo entregue a elas um furgão refrigerado e uma panificadora,

porque elas começarão a produzir pão recheado para escolas. Vejam a importância disso! Outro exemplo é o de Batayporã. Antes, eles produziam mandioca e vendiam para o atravessador a um ou dois reais o quilo. Hoje, eles têm equipamentos adequados para plantar, colher, limpar, descascar e empacotar, assim eles conseguem vender diretamente para o mercado a seis ou sete reais o quilo. Isso é agregar valor, melhorar a renda e transformar a vida desse povo que produz e precisa de apoio. Exclusivamente com esse objetivo, fizemos questão de, com muito carinho, convidá-los para esta reunião. Eu acredito muito no Brasil, na agricultura familiar e estou absolutamente convencido de que, ao final de mais quatro anos, teremos uma agricultura familiar que será modelo para o Brasil. Nesse sentido, os estabelecimentos bancários e o acesso ao crédito para esses produtores são fundamentais. Não falei ainda dos ribeirinhos. Agora, eu me lembrei do vereador Batista: os pescadores também fazem parte dessa seara e é importante que sejam contemplados, pois a eles também deve ser garantido o acesso ao Pronaf. Mais uma vez, agradeço a presença de todos. Passo a palavra à Marina.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Quero, primeiramente, agradecer ao deputado Zeca do PT, que preside esta comissão de grande importância no estado. Desde a instituição desta comissão, e além do trabalho que você já realiza, deputado, temos a grata satisfação de participar de momentos importantes como este, não é, Fernando? Para nós (e somos mais de cento e noventa e dois assentamentos, vinte e dois territórios quilombolas e muitas famílias da agricultura familiar), este encontro é de grande relevância, pois sabemos das barreiras que nossas famílias enfrentam para acessar créditos. Parabéns, deputado, pela iniciativa! Conte conosco sempre! Quero cumprimentar o Ricardo, da Caixa Econômica, e agradecer a parceria de sempre. Eu falava ali com o Augusto, um amigo de longa data, com quem eu militava na Pastoral da Juventude, grande parceiro... Quero cumprimentar o Rondes, nosso amigo, o Haroldo e o Carlos. Agradeço ao superintendente Omar pela parceria. Eu estou sempre em contato com eles para tratarmos de demandas. A Karla está conosco na Secretaria Executiva, e temos desenvolvido esse trabalho de proximidade com o que se realiza pela agricultura familiar, que é única no Mato Grosso do Sul. Fernando, desejamos sucessos a você. Acredito que a unidade de trabalho em prol das famílias é essencial. Estamos aqui para ouvir cada um sobre suas dificuldades. Cumprimento, também, os movimentos, em nome da senhora Nadir e da senhora Solange, que representam a agricultura familiar. Os demais movimentos deveriam estar aqui também — foram convidados. Hoje, cada um poderá dizer o que, de fato, está acontecendo lá na ponta. A gente diz o seguinte: não faz sentido lançar um Plano Safra robusto, anunciando mais de quinhentos e trinta milhões de reais em recursos para Mato Grosso do Sul, se determinado grupo da agricultura não for incluído. Aqui no estado, nós não temos muito acesso às instituições financeiras nem às instituições que trabalham com a agricultura familiar. As reclamações são constantes. Eu tenho falado com os bancos sobre a necessidade de qualificarem o atendimento. Eu falei com o Ronderson, semana passada, e falei com o Haroldo também, disse a eles que as agências rurais, nos municípios, precisam oferecer um atendimento qualificado àqueles que vão até lá e que, muitas vezes, saem com

dúvidas. Acho que nem seria necessário dizer, mas é preciso fazer uma reunião. E ele me disse: "Nós já estamos realizando reuniões qualificadas com todos os gerentes." Eu mesma fui gerente de banco por vinte anos; portanto, sei como é o atendimento ao público. Algo precisa ser feito imediatamente. Nossas famílias não podem ir às agências e sair sem a devida resposta. E quando ocorre algum problema, a quem eles recorrem? A nós. E o nosso papel é atendê-los. O MDA e o Incra estão aí para isso. Nossa papel é articular com vocês para que eles não fiquem sem resposta. Não faz sentido dizer que o governo Lula é comprometido, que lançou 79 bilhões de reais em recursos para o Brasil, se há, ainda, tantas dificuldades de acesso. Creio que já conseguimos avançar bastante. Mas o deputado Zeca do PT recebe, constantemente, mensagens de famílias reclamando que o Pronaf está parado há dois, três meses, sem devolutiva da agência. Como eu disse à Aldione há alguns dias: é fundamental que os técnicos da Agraer e de outras entidades de assistência técnica estejam a par da situação para darem retorno às famílias. Porque quem elabora o projeto, falando aqui hoje, é a Agraer. Ela faz o projeto e o envia ao banco, e, muitas vezes, a família fica se perguntando: "Quem vai me dar a resposta? Como está o meu processo? Qual é o andamento?". Precisamos formar essa parceria e sair daqui mais fortalecidos. As reclamações são muitas. Algumas, inclusive, chegam desqualificadas, mas nós as qualificamos quando conseguimos o CPF, o nome da pessoa, a agência em que a pessoa foi atendida, e conversamos com vocês. Nas agências, prontamente, vocês nos dão retorno — e quero aqui, publicamente, reconhecer o bom atendimento que têm prestado —. No entanto, precisamos que seja assim não apenas conosco, mas com os assentados também. A família que deposita toda a sua expectativa no Pronaf A, nos 50 mil reais que tem para acessar — e que farão a diferença. As famílias têm grandes expectativas. Eu estava falando há pouco com o Haroldo, quando cheguei, sobre a situação em Santa Mônica. Deputado Zeca, você conhece o caso: dezesseis lotes pegaram fogo, mais de 80% da área ficou queimada. Eu já havia conversado sobre isso com o secretário Jaime Verruck, para buscarmos uma solução. Semana passada, o Sidney, que trabalha comigo e com a Dani, conversou com vocês. Eles estão buscando, no custeio e no Pronaf A2, uma saída para que o produtor consiga crédito e viabilize alimentação para o gado e a retomada do plantio. Muitas vezes, porém, é preciso que os gerentes dos bancos — em Terenos, em Sidrolândia ou em qualquer município — estejam capacitados e aptos a atender as famílias. Não dá para manter essa barreira: quem tem mais é atendido de um modo, quem tem menos, de outro. Precisamos romper isso. A agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, por isso precisa ser tratada com respeito. Quando o produtor vai buscar um crédito, ele precisa ter um retorno: "Aprovou? Não aprovou? Por quê? O que pode ser feito?". Isso precisa ser mais ágil. Quero chamar a senhora Solange e a senhora Nadir. Quero que elas digam o que acontece lá na ponta. Ligam para mim e dizem: "Marina, nós estamos há três meses sem conseguir resolver; o que está acontecendo?" O Haroldo sempre resolve isso para mim, o Ronder sempre resolve também. O Pronaf A, que é o primeiro, geralmente é só o Banco do Brasil que faz. A gente consegue resolver isso. Mas as famílias ficam nessa insatisfação. Era o que eu tinha a dizer. Obrigada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ASSUNTOS
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS REALIZADA EM 15/10/2025

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Agradeço. Convido a deputada Gleice Jane para ocupar uma cadeira aqui conosco. Passo, agora, a palavra ao doutor Fernando Luiz.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) —

É um prazer estar aqui. Cumprimento o deputado Zeca, a deputada Gleice — muito prazer —, o Ricardo, da Caixa Econômica, o Ronder, do Banco do Brasil, a Marina, superintendente do MDA, e a minha colega e companheira Karla, secretária executiva, que também assume conosco essa importante missão. Cumprimento ainda os velhos conhecidos, os representantes do Poder Legislativo Municipal, o nosso ex-colega Landmark e o Beto, companheiro que, até esses dias, estava na diretoria executiva da Agraer junto com o Washington. Acho que continua conosco, contribuindo e colaborando. Quero dizer, deputado Zeca, que em toda reunião de trabalho, discussão ou evento que envolva a Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, conte com a presença da Agraer. Sempre que possível, eu ou algum gerente meu estaremos presentes, participando. Hoje, às 10:30, tive uma reunião com o governador Riedel e com o secretário Jaime Verruck. Fui lá pedir uma orientação. O governador Riedel disse o seguinte, para mim e para o meu diretor executivo: "Tudo de bom que a Agraer vinha fazendo sob a coordenação do Washington e do Beto é para continuar." O que for possível melhorar, claro, vamos tentar. Mas tudo que estava sendo feito de bom na agricultura familiar deve ter continuidade — tudo, inclusive as emendas e as compras. Acabei de receber, inclusive, uma mensagem da minha área de compras sobre uma licitação concluída hoje, na qual foram adquiridos noventa e três conjuntos de motoniveladores, basculantes e enxadas rotativas para a agricultura familiar, além de setecentos e sessenta e dois plantadores manuais, mais conhecidos como matracas. Havia um total de um milhão e cento e setenta mil reais destinados a essa compra. Com a licitação, foram gastos oitocentos e vinte mil reais, ou seja, sobraram trezentos e cinquenta mil, que também serão usados para comprar mais equipamentos para a agricultura familiar. Esse é o trabalho que vamos continuar fazendo. O Beto sabe como é difícil realizar essas compras. É um processo árduo, porque tudo se afunila na Secretaria de Administração, que precisa comprar coisas para a saúde, para a educação, para a segurança etc. As nossas compras também passam por lá, mas estamos priorizando essa área, para que o agricultor familiar tenha instrumentos que o ajudem a produzir mais e ganhar dinheiro. Nós queremos que o produtor familiar ganhe dinheiro — sejam indígenas, quilombolas ou pescadores, lebrados muito bem pelo deputado. Desde quando fui diretor executivo da Agraer, no governo Reinaldo, deputado Zeca, eu percebia que a Agraer participava muito pouco da vida dos pescadores ribeirinhos e artesanais. Ontem, eu tive uma reunião com o Pedro Jovem, presidente da Confederação dos Pescadores, e já marcamos, para o mês de novembro — início do período de defeso, no dia 5 —, um mutirão em Corumbá e Ladário, que abrigam a maior colônia de pescadores do estado, para realizarmos o CAF (Cadastro da Agricultura Familiar). Somente com esse cadastro o produtor tem acesso ao Pronaf. Já estamos articulando esse trabalho conjunto com os pescadores artesanais. São cerca de seis mil pescadores no estado, dos quais quatro mil estão em atividade, e eles não podem ficar de fora dessa política tão nobre que é o Crédito Rural e o Pronaf. É isso. Em outro momento, terei a oportunidade de falar mais. Nós

recebemos o superintendente do Incra, o Paulinho, que também pediu a nossa ajuda para realizar os projetos do Fomento Mulher. Ele dispõe de 23 milhões de reais para aplicarmos no estado, e já estamos trabalhando nesse sentido. Então, deputado Zeca, quero reforçar aqui para todos vocês que a agricultura familiar continua sendo prioridade para o governo Eduardo Riedel. Não vou falar de mim, porque tenho quarenta anos de serviço público, com muito orgulho — e o meu passado fala por mim. Quem quiser saber sobre o Fernando, é só perguntar a quem já me conhece nessa caminhada de quatro décadas, como funcionário do Iagro, da Empaer, da Secretaria e da Agraer, e agora novamente da Agraer. Assim, entenderá o nosso compromisso com as políticas públicas, não apenas voltadas à agricultura familiar. Sempre trabalhei pela agricultura de Mato Grosso do Sul — seja a familiar, o médio produtor ou o grande produtor. Há políticas públicas para todos, mas é a agricultura familiar que mais precisa do apoio do Estado, e é por isso que temos de estar sempre presentes. Contem conosco. Peço que o meu gerente de assistência técnica, Arnaldo Santiago, apresente os dados da Agraer referentes aos últimos anos. Já aproveito para convidar todos que nos acompanham para participar do Tec-Leite, que acontecerá no dia 30 de outubro, em Glória de Dourados. Estamos esperando um público de quinhentas a seiscentas pessoas. Vamos levar pesquisadores da Embrapa Gado de Leite e profissionais da Agraer para mostrar algumas tecnologias. Nossa intenção é avançar na pecuária de leite, uma atividade muito importante para a agricultura familiar. É uma fonte de renda mensal, um dinheirinho certo: o agricultor faz o queijo, vende, complementa a renda. Por isso, é uma atividade essencial, e precisamos fortalecer-la. Coloque o vídeo para nós, por favor. [Execução do vídeo institucional]... OK. Agora, eu já vou passar a palavra ao Arnaldo.

SENHOR ARNALDO SANTIAGO FILHO (médico veterinário da Agraer) — Boa tarde, pessoal! Eu sou médico veterinário e atualmente estou como gerente de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento da Agraer, assumi essa função na gestão do Fernando. A nossa gerência coordena as oito regionais da Agraer e os setenta e nove municípios do estado. Vou falar brevemente de alguns dados da Agraer, principalmente referentes ao atendimento às populações indígenas e quilombolas. Acompanhem os eslaides, por gentileza... Bom, então aqui estão os dados da presença territorial da Agraer. Como já disse, nós estamos presentes nos setenta e nove municípios do estado, com oito coordenadorias regionais. Atualmente, temos homologadas: setenta e duas terras indígenas e aldeias e vinte e duas comunidades quilombolas, em quatorze municípios. O Proacinq, que o Fernando acabou de mencionar — e trouxe uma boa notícia —, é o programa responsável pelos equipamentos que ele citou: as matracas e os tratorzinhos voltados para os indígenas e também para os quilombolas. A Agraer e o Governo de Mato Grosso do Sul vêm trabalhando nesse programa desde 2015. Antes era Proacin, agora é o Proacinq, porque incluíram as comunidades quilombolas. De 2015 a 2025, foram aplicados mais de dezenove milhões de reais, quase vinte. No Plano Safra 2025/2026, já há quase sete milhões previstos para aplicação. Parte desse valor já foi executada — aquela que o Fernando acabou de citar; temos o calcário também, e o restante ainda está em fase de licitação. Destaque para a regional de Dourados, que apresentou o maior volume: quase seis milhões de reais aplicados nesses dez anos: mais de oito mil famílias atendidas. Entre

as ações executadas, temos: a) mecanização agrícola, com as setecentas e sessenta e duas plantadeiras e os noventa e três motocultivadores — cujo valor total era de cerca de novecentos mil reais, a licitação saiu por oitocentos e vinte mil; b) manutenção de tratores e implementos agrícolas, com um milhão e quatrocentos mil reais destinados aos convênios com as prefeituras (aguardando repasse do Governo); c) insumos agrícolas, com quinhentas e trinta e oito toneladas de calcário já entregues às comunidades quilombolas, que já estão aplicando o produto — cento e vinte e três mil; d) sementes: quilos de milho, arroz, feijão e hortaliças, num total de dois milhões e duzentos mil reais, ainda em fase de licitação. Além disso, será disponibilizado óleo diesel, também via convênio com as prefeituras, num total de cerca de um milhão e meio de reais, para atender agricultores familiares, indígenas e quilombolas. Paralelamente, temos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com a Semadesc e a Seaf, com recursos federais. A Agraer protocolou, no mês passado, seiscientos e cinquenta e oito projetos de PAA Indígena, totalizando cerca de oito milhões de reais. No total, foram oitocentos e oitenta projetos, sendo 658 da Agraer e 222 das prefeituras. Atualmente, está aberto o PAA Quilombola, com um milhão de reais disponíveis. O edital vai até o dia 22 de outubro de 2025. Então, procurem as agências da Agraer para receber apoio na elaboração dos projetos. No crédito rural, como o deputado Zeca mencionou, já estamos chegando a trinta mil CAFs — são vinte e oito mil ativas, sendo 1.733 para indígenas e 269 para quilombolas. Estamos trabalhando para melhorar esses números, pois sabemos que a população indígena do estado é bastante grande. Vamos realizar uma força-tarefa para ampliar o número de CAFs e garantir acesso a esse público. Quanto ao desempenho do crédito rural, a Agraer já contratou sessenta milhões de reais em projetos de crédito rural, investimento e custeio, via Coban. Então, podemos mensurar melhor esses resultados. Vinte e um milhões. Como a Marina mencionou, estamos com mil e quatrocentos projetos protocolados, que ainda estão parados na esteira do banco, e onze milhões de reais aguardando assinatura e a nota fiscal do produtor. Ao entregar a nota fiscal, ele recebe o dinheiro na conta. O banco já nos passou, a gente já repassou para os nossos técnicos, para eles contactarem os produtores. Projeto de crédito para indígenas e quilombolas — esse é um grande desafio que temos. Este ano foram feitos, em Nioaque, alguns destaques: doze projetos de Pronaf contratados e três ainda protocolados. Em Campo Grande, no quilombo Chácara Buriti, foram doze projetos elaborados e seis contratados. Em Figueirão, na família Malaquias, doze projetos contratados e mais quatorze protocolados. Em Brasilândia, na comunidade Ofaié, dois projetos de Pronaf e dois custeos aprovados. Em Terenos, no quilombo dos Pretos, dois projetos elaborados e um aprovado. Agora, eu vou mostrar para vocês alguns desafios que a gente enfrenta para atender o público indígena e quilombola. Identificamos, com a ajuda dos nossos técnicos, alguns entraves históricos: restrições cadastrais, pendências no SPC e no Serasa — o que trava o processo no banco —, documentação incompleta (como no caso do quilombo Furnas Boa Sorte, que depende de documentos da Fundação Palmares), além de pendências financeiras antigas, como ocorre em Furnas do Dionísio, que ainda tem bloqueios e dívidas históricas. Outro problema é a descontinuidade: muitas vezes, o pessoal nos procura, a gente orienta, mas depois o contato se perde, e o projeto não avança. Como compromisso para o futuro, temos algumas ações integradas entre a Agraer e a Semadesc,

demonstrando o compromisso do Governo do Estado com a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar. A meta é ampliar o acesso, realizar mutirões de CAF, mutirões de crédito — o Fernando já mencionou o caso dos ribeirinhos —, e estamos com um olhar muito positivo para esse compromisso. Queremos superar as barreiras burocráticas, resolver a questão documental e fortalecer parcerias com o MDA, o CAF, os bancos e demais instituições. A título de informação, o Fernando comentou que vamos começar a operar o Pronaf B, cujo limite é de até 50 mil por família, para famílias com renda anual de 50 mil. Vamos iniciar a operação com o Banco do Brasil, sempre apoiando também a Caixa Econômica, por meio da Cactvs, que já atua fortemente com o Pronaf B no estado. A Agraer continuará responsável pela elaboração das CAFs para os produtores — isso permanece normalmente. Bom, pessoal, era isso. Muito obrigado. "Agraer - fortalecendo o campo e transformando vidas."

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) —

Obrigado, Arnaldo. Deputado, só para finalizar duas coisas: foram 90 milhões de reais apenas em crédito rural, movimentados pela agricultura familiar — o que demonstra que a importância da agricultura familiar não é apenas social, mas também econômica. É fundamental para Mato Grosso do Sul. Também quero destacar que existem alguns programas da Semadesc que poderiam beneficiar a agricultura familiar, com a ajuda da Agraer. Por exemplo, o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), que atua nas regiões de Bonito e Bodoquena, com foco na agricultura familiar, ainda não tem a presença da Agraer. O mesmo ocorre com o Prosolo e o Proleite, programas da Semadesc que a Agraer precisa incorporar e executar, como no caso da distribuição de embriões de matrizes para o melhoramento da pecuária leiteira.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAIQ) — Vamos ouvir, agora, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Boa tarde a todas as pessoas presentes!

Peço desculpas pelo meu atraso. Eu estava em uma agenda da educação, porque hoje é Dia do Professor. Eu sou professora também, estava em um almoço na ACP. Bom, eu quero falar de duas questões que têm chegado a nós: uma diz respeito aos pescadores e a outra ao Pronaf. Um servidor da Caixa Econômica nos disse que uma das dificuldades, uma das barreiras de acesso ao Pronaf é a exigência do uso de água e de haver um poço na área. Segundo ele, isso tem barrado muitas propostas. Vou apresentar para vocês algumas sugestões que ele encaminhou para nós: 1 - Revisão normativa junto ao Imasul para reativar ou criar novas modalidades de isenção para o uso incipiente de água, com base em critérios técnicos atualizados; 2 - Criação de uma linha de crédito específica para regularização dos poços, com subsídio e financiamento facilitado para o cercamento e as obras exigidas; 3 - Estabelecimento de convênio com municípios e associações, para apoio técnico e jurídico na obtenção da outorga; 4 - Inclusão de critérios de vulnerabilidade social e produtiva na análise de outorga e de licenciamento ambiental, com foco na agricultura familiar; 5 - Municipalização da gestão ambiental para irrigação de baixo impacto, permitindo que os

municípios possam conceder autorizações simplificadas para pequenos volumes de uso de água. Essas são propostas feitas com base em um problema que foi identificado, e eu as apresento aqui ao superintendente da Caixa Econômica e ao do Banco do Brasil, que, talvez, possam nos ajudar com isso. Quero aproveitar este momento, diretor-presidente da Agraer, como o senhor disse que agora também está atendendo os pescadores, para reforçar uma reivindicação que vem desde o ano passado — há uma grande expectativa dessa categoria pela publicação imediata do decreto com base na decisão do Compesca, que trata do tamanho máximo dos peixes. Essa é uma demanda antiga e uma promessa do próprio governador. Eu divido, portanto, com o senhor essa angústia. Ajude-nos a avançar nessa questão. No mais, desejo um bom debate a todos nós. Vamos juntos e juntas avançar, porque a agricultura familiar precisa, merece e, sobretudo, porque nós, que vivemos na cidade, precisamos que ela se fortaleça no campo. Como diz o movimento: "Se o campo não planta, a cidade não janta." É preciso produzir alimentos em maior quantidade aqui no estado. Obrigada.

SENHOR ABILIO VANELLI (vereador de Coxim) — Boa tarde a todos! Quero cumprimentar o deputado Zeca do PT e seus colegas parlamentares aqui presentes! Cumprimento também os técnicos da Agraer, a senhora Solange, o Jorge e a senhora Nadir, que representa as produtoras, os assentamentos e os acampamentos de Mato Grosso do Sul. Quero dizer que o telefone de nós parlamentares não pára, não é, deputado Zeca e deputada Gleice? De repente, estamos aqui falando com todas as instituições que operam os créditos — Banco do Brasil, Caixa Econômica e Agraer —, e é justamente na Agraer que tudo começa, é lá que o técnico dá todas as orientações. Talvez, tenhamos que humanizar as relações lá no município, onde, muitas vezes, precisamos apenas de uma informação. Estamos falando dos setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul, e, muitas vezes, lá na ponta — no Banco do Brasil, na Caixa Econômica —, não há, de forma humanizada, essa relação com os pequenos produtores, quilombolas, indígenas, assentados, enfim. Então, eu quero dizer que estamos atentos aqui em Campo Grande também. A meu ver, é importante trazer as instituições bancárias para participar deste momento de discussões, elas poderiam estar aqui. São todos servidores públicos, como nós. Fizeram concurso, passaram. Alguns já se aposentaram — estão aqui o Zeca, o Betão e o Vander, que são ex-servidores bancários —. Quero dizer, Fernando, que nós estamos à disposição. O Vander, o Zeca, a Camila e a deputada Gleice têm um grande compromisso com a Agraer, com o governo Lula, com o ministro Paulo Teixeira e com os demais ministros, de aportar mais recursos na Agraer, dando visibilidade e protagonismo aos nossos colaboradores. Parabéns, Zeca, deputada Gleice, Marina, todos vocês e a equipe da Agraer. Fernando, logo, logo, eu vou lá levar uma lista para você. Um abraço a todos. Fiquem com Deus.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Com a palavra, a senhora Solange.

SENHORA SOLANGE CLEMENTINA DE SÁ (assentamento Corguinho)

— Boa tarde! Eu sou diretora-presidente do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul. Quero saudar a Mesa, o deputado Zeca do PT e, em nome dele, os parlamentares desta Casa. Quero saudar a Marina, grande guerreira. Quero parabenizar todos os envolvidos na realização deste importante momento de debate. Saúdo, também, o vereador Landmark, que está sempre na batalha, que 'veste a camisa da agricultura familiar'. Eu vou aqui falar em nome de quem está lá na ponta, como assentada e representante dos agricultores familiares. Nós temos muitos questionamentos — especialmente quanto ao Banco do Brasil — sobre a demora na liberação dos créditos. Ultimamente, a coisa começou a andar um pouco, mas há assentamentos com dezessete anos de existência. Há famílias que, mesmo após dezessete anos, ainda não conseguiram acessar o Apoio Inicial, o Fomento, o Fomento Mulher e muito menos o Pronaf. É como dizem sobre os ETs: dizem que eles existem, mas ninguém nunca os viu. Assim são os créditos — dizem que eles existem, mas os pequenos produtores nunca os viram. Quero parabenizá-lo, deputado Zeca do PT, por esta luta e por promover este debate. Lutar pela terra já leva dez, quinze anos; depois mais dez para conseguir o crédito; e mais dez para conseguir a casa. Isso é inadmissível. Que debates como este aconteçam mais vezes, Marina, para que as coisas mudem e as instituições que representam e deliberam sobre esses créditos — como a Agraer — realmente avancem e cheguem à ponta. Porque sem o projeto da Agraer, a coisa não anda. Aliás, este é outro questionamento que fazemos. Lá na ponta, há muitas reclamações com relação à Agraer — muitas mesmo. Os municípios necessitam dos projetos da Agraer, necessitam que eles cheguem ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica. Mas aí começa outra demora. Deixo aqui o meu depoimento para que esse debate seja fortalecido, e para que os créditos realmente cheguem até a agricultura familiar. Esse era o meu questionamento, Marina e deputado Zeca. Obrigada.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Passo a palavra, agora, à senhora NadirCorrêa.

SENHORA NADIR CORRÊA DO AMARAL — Quero cumprimentar a Mesa, especialmente o deputado Zeca do PT, a deputada Gleice Jane, bem como a Marina, do MDA. Foi um prazer conhecer o senhor Fernando. Eu o conheci na outra gestão. Bom, no dia 23 de setembro, eu convidei a equipe do Paulinho para ir até a nossa comunidade. Eu sou presidente da Associação Eldorado 2, que completa vinte anos agora, no dia 14 de dezembro. Devido às inúmeras reclamações das pessoas que chegam até mim, eu convidei o Paulinho para ir conversar conosco. Ele esteve na minha casa, junto com a vereadora Edilene, o Jorge — que é da CTB — e funcionários do Incra. Olha, foi enorme a quantidade de reclamações que o pessoal apresentou ao Paulinho. Quero agradecer à equipe da Agraer *daqui*, porque eu não consegui o meu Pronaf lá em Sidrolândia. Foi o técnico da Agraer *daqui* que foi até o meu lote, fez a vistoria e conseguiu liberar. Lá, eu não consegui. E isso pode ser confirmado pelo Paulinho, pelo Jorge, pela vereadora Edilene e por todos os funcionários do Incra que estiveram lá. Os novatos foram levados para conhecer o

assentamento Eldorado 2. Foi muito bom. Eles ouviram cada morador. Há pessoas que ainda não conseguiram o CAF — e nosso assentamento já vai completar vinte anos. Entendeu? Por que tanta demora? Todas as reclamações foram apresentadas ao Paulinho. O Jorge também ouviu muitas reclamações. Então é isso. Muito obrigada a todos.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Obrigada.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Senhora Nadir, senhora Solange, eu vou visitá-las em breve, está bem?... Podem anotar. Eu estou dizendo aqui na frente de todos.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Com a palavra, o senhor Jorge.

SENHOR JORGE — Boa tarde a todos e a todas! Em nome da deputada Gleice Jane, cumprimento as mulheres presentes; e, em nome do companheiro Zeca do PT, cumprimento os homens aqui presentes. Pois bem. Deputado, a nossa principal reclamação — e aqui eu uso as palavras da Marina — é a resistência que os agricultores familiares enfrentam no que tange a atendimento, nas agências do Banco do Brasil. A gente entende que o momento difícil, há falta de funcionários em várias agências, mas o que chega até nós é algo lamentável: o agricultor familiar está sendo barrado na porta da agência, está sendo destratado, enfim. Isso é sério. Estamos falando de uma instituição pública, que deve servir aos agricultores e trabalhadores. Além disso, ela é uma das únicas que operam o Pronaf A. Estamos diante de uma situação delicada. Quero pedir aos representantes aqui que levem esse questionamento aos gerentes das agências — especialmente nas maiores concentrações, como Sidrolândia, Ponta Porã, Itaquiraí, Nioaque e Aquidauana, onde temos recebido muitas reclamações dos trabalhadores do campo sobre esse tipo de atendimento. A meu ver, é falta de capacitação mesmo. Agora, é fato que há servidores que são exemplos de bom atendimento, de responsabilidade para com os trabalhadores e agricultores familiares. Há mais de quinhentos milhões de reais em recursos disponibilizados para o Estado de Mato Grosso do Sul. Talvez o Banco do Brasil vá apresentar um material referente à aplicação já realizada desses recursos referentes a 2024 e 2025. Mas, diante da grande demanda e do número de trabalhadores que ainda precisam acessar o crédito, esse valor é pouco. E os entraves são: CAF, atendimento nas agências, elaboração de projetos e falta de padronização entre as agências. O senhor veja, deputado: no Banco do Nordeste, por exemplo — não sei se o senhor tem conhecimento —, mas, se pedir para sua assessoria entrar no setor de crédito, vai encontrar todas as planilhas disponíveis para serem baixadas, preenchidas e enviadas como nos projetos produtivos. Nós não encontramos isso aqui no Banco do Brasil. Então, talvez, essa dificuldade de padronização esteja impactando a análise dos projetos. Muitos companheiros ficam com seus processos parados, justamente por conta da falta de uniformidade nos modelos de projetos produtivos das agências do Banco do Brasil. Não é culpa dos

servidores — quero deixar isso claro —, mas é algo que precisa ser pensado, para que se padronize o formato e se facilite a elaboração dos projetos e a liberação do crédito. A deputada Gleice Jane trouxe um tema muito importante para a nossa discussão, deputado: há uma grande reclamação, inclusive de empresas e cooperativas, sobre uma exigência feita por analistas do Banco do Brasil — e, novamente, não é culpa deles nem do Senop —, referente aos poços semiartesianos nas propriedades. Eles estão pedindo que esses poços atendam ao critério da outorga d'água, por causa de uma lei de Mato Grosso do Sul que determina que os poços tenham bombas de desclorificação, para que os projetos do Pronaf A sejam aprovados. Mas estamos falando de pequenas propriedades rurais, que muitas vezes não têm estrutura para cumprir todas essas normas, deputado. Por isso, eu gostaria que o senhor solicitasse, por meio desta comissão, uma audiência com o presidente do Imasul. Claro que é lei — e como se trata de lei, precisa sair algum normativo ou alguma emenda deste Parlamento para prorrogar o prazo, até que consigamos adaptar as propriedades à nova legislação. Hoje, um dos entraves na elaboração dos projetos do Pronaf A é justamente esse: o programa exige que a propriedade tenha recurso hídrico. Aí o técnico vai, apresenta o relatório dizendo que há um poço semiartesiano na propriedade, aí entra o normativo estadual exigindo bomba de desclorificação com toda a padronização necessária. Só assim o Pronaf A é aprovado. A questão é que, só para adaptar o poço a essas exigências, o custo passa de dez mil reais. Logo, o agricultor, claro, não tem condições de fazer isso, e acaba ficando sem acesso ao Pronaf A. Esse é um dos problemas que a gente enfrenta. [Fala na Mesa, fora do microfone]... Maravilha. Companheira Marina, se precisar de nós, estamos à disposição.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — É porque é uma lei federal. Inclusive, temos conversado muito com a Leda sobre isso — sobre os problemas que vêm acontecendo. O Imasul até tem um processo de regularização, mas, por ser lei federal, precisa ser alterada lá em Brasília, para que o Imasul possa se adequar. E isso já está sendo tratado junto ao Ministério.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Vamos falar com o Vander e com a Camila para fazermos uma força-tarefa sobre isso. Eu também sugiro, deputado, que se crie um departamento ou uma agência especializada — talvez aqui em Campo Grande, ou regionalmente — voltada especificamente para o atendimento à agricultura familiar. Um espaço que se qualifique para aplicar os créditos do Pronaf e demais programas. Pense nisso, deputado: se o agricultor não conseguir resolver no interior, ele pode recorrer a uma agência central, com um departamento capacitado, que entenda o que é Plano Safra, custeio, Pronaf A, Pronaf B e assim por diante. É apenas uma sugestão. E, aproveitando a oportunidade, quero agradecer, em nome do projeto Agrovila Serra Negra, do município de Corguinho, à agência do Banco do Brasil da Coronel Antonino, pelo excelente atendimento que sempre nos oferece — especialmente na tramitação dos projetos do Crédito Fundiário. Mais de cinquenta agricultores familiares que já passaram por lá, e sempre foram muito bem atendidos pelo gerente e pela equipe da agência. Quero

agradecer também ao senhor, deputado Zeca, pelo apoio de sempre. Quero agradecer também ao senhor, deputado, que, de imediato, por meio desta comissão e do seu mandato, junto com a deputada Gleice, fez esse contato com a Agesul, pedindo a abertura dos travessões. Hoje foi concluída a abertura dos travessões. Então, os trinta e cinco lotes recém entregues estão todos com estrada. Quero agradecer também ao presidente Mauro, da Agesul, que nos atendeu de imediato. É isso. Obrigado.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Com a palavra, o Batista.

SENHOR ARMINDO BATISTA (vereador de Coxim) — Primeiramente, eu quero agradecer a Deus, porque toda honra e toda glória a Ele pertence. Em segundo lugar, quero agradecer ao deputado Zeca do PT, à deputada Gleice Jane e à Mesa. Eu sou pescador profissional artesanal, vivi e sobrevivi por mais de trinta e oito anos da pesca. Atualmente, eu estou vereador. Fui presidente por nove anos da Federação da Pesca, antes do Pedrinho. Nós de Coxim, no segundo mandato do Zeca (como governador) e da Dilma (como presidenta), fomos muito bem atendidos pelo Banco do Brasil e pela Agraer. Vejam! Mais de noventa pescadores conseguiram acessar o Pronaf Pesca. E, para minha felicidade, segundo a gerência, mais de noventa e cinco pagaram em dia e receberam o arrebatamento. Mas, agora, por eu ser vereador e ser conhecido, o pescador me pressionou querendo financiamento, querendo financiar, e eu bati, bati, bati no Banco do Brasil. Eu e o vereador Abílio corremos atrás — inclusive eu gostaria que o Abílio falasse um pouco depois de mim —, e nada, não havia recurso. E a gente sabe que o Pronaf Pesca existe. Então, a gente fez um ofício na Câmara pedindo uma audiência com a superintendência do Banco do Brasil. Eles nos procuraram em Coxim, e realizamos uma reunião on-line com o Banco do Brasil, para entender por que o pescador não consegue mais acessar o crédito. Pegamos dois pescadores para servir de teste. E o que aconteceu? Um deles já era *pronafiano*. Aí o gerente disse: "Vamos fazer. Vá até a Agraer." Quando chegou lá, o pessoal da Agraer disse que não podia fazer o projeto dos pescadores profissionais artesanais. Fiquei meio desprestigiado, como representante dos pescadores, porque antes isso já havia sido feito. Perguntei: mas por quê? É portaria? É decreto? Por que vocês não podem? E eles me disseram que era um problema jurídico da Agraer e que não podiam assinar o projeto. Voltei ao banco, e lá me disseram: "Um agrônomo tem de assinar por vocês." E designaram três empresas para fazer o projeto para os pescadores. O problema é que os formados querem dinheiro, fazem para o agronegócio, quando não pegam doze mil, pegam quinhentos mil, pegam um milhão, e todo o mundo ganha. De dois pescadores, um disse: "Eu não vou pagar." O outro entrou com o processo no banco, fez tudo que era exigido, mas até agora — desde quinta-feira — não teve retorno. Ontem, eu estive com o rapaz da empresa, e ele me disse: "Fiz tudo que o banco pediu. Estou aguardando uma resposta para dar continuidade." Então, senhor Fernando, eu ouvi sua fala e gostaria de saber por que a Agraer não pode fazer os projetos para os pescadores profissionais artesanais, como já fez para mais de noventa no passado. Eu fiquei indignado, mas ainda assim seguimos esperançosos de conseguir acessar esses créditos, porque é viável. Na minha visão, o

trabalho que o banco tem para liberar doze mil reais é o mesmo que tem para liberar um milhão de reais. E o que o pessoal quer? Quer atender o outro lado — e acaba criando dificuldade para os pequenos. Isso é notório, pelo que a senhora ali mencionou. Conto com o apoio de vocês, com o apoio da nossa bancada, para que a Agraer volte a fazer os projetos dos pescadores. Disseram: "Vamos fazer o CAF, mas de forma que não prejudique os demais. Vamos devagar com o CAF. Mas o projeto, nós não vamos assinar". Eu gostaria de entender por que a Agraer diz que não pode fazer o projeto para nós.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Vereador, eu desconheço a razão, mas vou procurar saber. Vou pegar seu telefone e lhe dar essa resposta em breve. Eu também desconheço. Nós já fazemos CAF para os pescadores e queremos incrementar isso, como já dissemos. [Fala no auditório]... Acho que o meu gerente lá vai poder dar informação.

SENHOR ARMINDO BATISTA (vereador de Coxim) — Eu gostaria que o Abílio também falasse um minuto.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Deixem o Arnaldo falar...

SENHOR ARNALDO SANTIAGO (médico na Agraer) — Pessoal... [Fala no auditório, fora do microfone].

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Era o projeto Proaf B? Ah! Agora tem explicação. Vereador, a gente não sabia se a Agraer poderia fazer o Pronaf B. Por quê? Porque tem um registro no Ministério do Trabalho, e a gente consultou. Eu já estava lá. Eu estou há vinte dias na presidência da Agraer. Nós consultamos o Jurídico, que nos deu OK. A PGE disse: "Vocês podem fazer esse cadastro junto ao Ministério do Trabalho e executar o Pronaf B". Entendeu? Então, realmente, nós não podíamos antes, mas agora deu positivo, e nós vamos fazer. Estamos acertando isso com o Banco do Brasil. Peço desculpas ao senhor — não foi culpa deles lá. A gente tem que andar conforme a lei, por isso consultamos o Jurídico. Mas pode contar com a gente.

SENHOR ARMINDO BATISTA (vereador de Coxim) — Eu fico muito feliz com isso. Que Deus abençoe! Que tudo dê certo! Alguns pescadores pegam variável acima de dez, que vai até cinquenta, mas a são minoria. A maioria se encaixa no Pronaf B, porque não precisa de avalista, só precisa ter o nome limpo e o CAF. Então, creio que, no mínimo, uns 20% vão conseguir acessar esses recursos do Pronaf B.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Esse Pronaf B é maravilhoso! A pessoa pode até ter uma dívida, que ainda assim consegue acessar.

SENHOR ARMINDO BATISTA (vereador de Coxim) — Eu sou um pronafiano!

Então, eu fico muito feliz com isso. Só não vou fazer agora porque estou como vereador. Mas, no meu município, há mais de trezentos e oitenta pescadores; se 10% ou 20% conseguirem acessar, já está ótimo — é bom para todos nós. Um abraço. Muito obrigado.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Muito obrigada.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Exatamente. Obrigado, Carlos.

SENHOR ABÍLIO VANELI (vereador de Coxim) — Boa tarde a todas e a todos! Deputado Zeca, Gleice, MDA, obrigado e parabéns pela discussão aqui nesta audiência. Parte do que já foi relatado é importante, deputado Zeca, para entendermos essa dificuldade. Em maio do ano passado, nosso mandato encaminhou um ofício à gerência do Banco do Brasil, cobrando que a agricultura familiar e o Pronaf fossem mais prestigiados. Ano passado, em maio, havia nove contratos da agricultura familiar assinados no Banco do Brasil em nosso município e sessenta e seis do agronegócio. Este ano, já estamos com duzentos e oito contratos do agronegócio e quarenta e três da agricultura familiar. Deu uma melhorada depois que cobramos, mas os pescadores continuam enfrentando dificuldades. Além do Pronaf B, que ainda é insuficiente — inclusive para eles comprarem um motor de quinze (HP) —, eles precisam juntar mais dois ou três mil reais para completar e comprar um motorzinho mais simples, um mais pequenininho, para tocar o barco, comprar um freezer, alguma coisa. Então, já que essa questão jurídica está superada, esperamos poder *startar* essa ação lá no nosso município. Faz tempo que eu e o vereador Batista estamos lutando por isso, desde o mandato anterior. Outra questão é o Fundo Garantidor. O deputado Zeca disse que vai ter uma reunião com a ministra Simone e com o ministro Haddad. A informação que temos dos bancos é que esse fundo não está funcionando — ainda não existe e não há previsão. As outras linhas de crédito precisariam ser acessíveis também para o pescador e o pequeno agricultor, por meio desse Fundo Garantidor. Como exigir que um pescador apresente garantia para pegar um empréstimo de quarenta ou cinquenta mil reais no banco? É inviável! Então, eu quero pedir ao Zeca — já nessa agenda — e ao Marcelo que incluam essa pauta, para que possamos efetivar isso. Sei que é uma proposta do Governo Federal, do presidente Lula. Não sei em que pé está, mas acho que, junto com o MDA, precisamos cobrar a implementação e fazer com que o Fundo Garantidor realmente garanta essas operações financeiras para a agricultura familiar e para os pescadores. Muito obrigado.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do MDA) — Anotado aqui, vereador. Obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT (presidente da CPDAIQ) — Abílio, só uma informação que acho importante. Até quero pedir para a Marina verificar onde parou essa

questão do Fundo Garantidor do Plano Safra da Agricultura Familiar. Mas agora eu me reporto ao Fernando, diretor-presidente da Agraer, para ele nos ajudar. Há duas demandas que encaminhamos, Fernando, junto ao governador Riedel. Uma é a questão da regulamentação da lei de certificação dos produtos da agricultura familiar. Nós aprovamos na Assembleia, depois de um ano e meio de negociação desta comissão com o governador. Aprovamos, o governador sancionou, e hoje existe a lei da certificação, que criou o Selo da Agricultura Familiar. Muitas vezes, companheiros de várias cidades reclamam que produzem requeijão, doces e, ao chegar à cidade, a lagro apreende e descarta tudo. Portanto, está criado o Selo da Agricultura Familiar. O Governo instituiu, por meio da Semadesc, uma comissão para regulamentar essa certificação. Queria que nos ajudasse nisso. Inclusive, entrei com um requerimento pedindo informações sobre a regulamentação do selo. Outra coisa, nós fomos atrás — junto com o Humberto Melo, que era nosso secretário executivo —, fomos buscar uma experiência da Sudam. Trouxemos aqui o Sibá Machado, que foi senador do PT pelo Acre. Eu fui deputado federal com ele; temos uma boa relação. Ele é, hoje, diretor da Sudam. Eles criaram, Fernando, no âmbito da Sudam, um fundo: o Fundo Garantidor. É uma experiência extraordinária. Ele veio, nós participamos de uma reunião com o governador Riedel, ele apresentou a ideia, o governador adorou. Trata-se de um fundo estadual que poderia ser alimentado com emendas da bancada federal, com emendas individuais da Assembleia e com recursos do Tesouro do Estado e do Município. Porque há esse problema — e os bancos sabem. Não sei se por orientação, mas, muitas vezes, dizem: "Ah, você pode ter o recurso, mas não tem garantia". O que é uma barbaridade. Então, precisamos ver em que pé está esse fundo estadual, até como mecanismo para resolvemos nossos problemas aqui... Karla, é com você...

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Isso é com a Karla, mas a gente vai ajudar. Depois eu queria falar sobre o poço, dar uma informação aqui.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAIQ) — Inclusive, a Marina sugeriu que, na audiência que faremos com a Energisa, convidemos também o Imasul, para encaminharmos questões necessárias.

SENHOR PARTÍCIPE — Só um complemento: com relação ao Banco do Brasil, aquilo que o colega disse sobre padronização... Ele e o vereador Batista acompanharam. Os funcionários do banco que faziam o Pronaf, lá na gestão do Lula, já não estão mais na instituição. Os atuais não tinham um checklist, não sabiam por onde começar, quais documentos eram necessários. Perguntavam: "Mas você não sabe de uma agência onde já foi feito, para a gente pedir a orientação?".

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAIQ) — É um horror o que acontece no Banco do Brasil. Não sei como é na Caixa Econômica, mas no BB é um problema. Muitas vezes, é excesso de atribuições, falta de funcionários, mas também total desconhecimento da legislação e das linhas de crédito... Karla.

SENHORA KARLA BETHÂNIA NADAI (engenheira agrônoma) — Boa tarde a todas e a todos! Eu sou engenheira agrônoma. Assumi há exatos trinta dias a Secretaria de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Deputado, com relação a essas duas pautas, elas estão sob minha gerência. Recebemos ontem a resposta da Procuradoria do Estado sobre o Fundo Garantidor, com algumas observações com relação à minuta que havíamos encaminhado. As observações foram bem vagas. Então, estamos debruçando sobre o texto e tentando adequá-lo conforme as orientações que recebemos da Procuradoria, até para dar uma resposta à sociedade e a esta Casa sobre o Fundo Garantidor...

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAIQ) — Posso comentar?

SENHORA KARLA BETHÂNIA NADAI (engenheira agrônoma) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAIQ) — Na apresentação que fizemos ao governador, ele foi extremamente simpático, entusiasmou-se com a ideia.

SENHORA KARLA BETHÂNIA NADAI (engenheira agrônoma) — Sim. Hoje, inclusive, na reunião que o Fernando mencionou, eu estava presente, e a orientação é exatamente esta: que nós da Secretaria continuemos com todas as atividades iniciadas na gestão do Humberto. E é isso que temos feito. Inclusive o PAA. Hoje, a gente vai operar, concomitantemente, quase dez milhões de reais entre o PAA Quilombola, o PAA Indígena e o PAA Hortifrutí/Sementes. Parte do recurso é destinada à aquisição de sementes que, posteriormente, são retornadas à agricultura familiar como um todo. Com relação ao selo, nós já contratamos uma médica-veterinária. O nome dela é Bruna Bastos, uma profissional com bastante experiência — acredito que o senhor até a conheça. Ela já atuou no cenário em outras atividades. Assumi em 8 de outubro. Hoje ela entrou em contato com o GT; amanhã eles já farão a primeira reunião dessa nova gestão — gestão que estava em transição. Eles já têm uma minuta, e nós já temos, inclusive, o layout do selo, que será encaminhado para aprovação do secretário Jaime Verruck. A nossa intenção é que, no início de novembro, o documento seja encaminhado ao nosso Jurídico, à PGE, para que possamos fazer uma entrega expressiva com relação à regulamentação da lei. Eu estudei a lei, e acredito que não caibam tantas discussões assim. Está fácil — falta apenas sentar um pouco, ajustar e já encaminhar à Procuradoria do Estado, para que ela dê o devido encaminhamento e devolva a esta Casa. Então, todas as atividades que vinham sendo executadas dentro da Secretaria estão sendo continuadas. Eu quero agradecer publicamente à equipe do Humberto e a todos os coordenadores. Eles foram de uma generosidade enorme em nos repassar as informações — a transição foi muito tranquila, como se não houvesse grandes rupturas. E realmente não houve, porque recebemos todas as informações necessárias e estamos executando tudo com o apoio deles. Sempre que surgem dúvidas, nós ligamos, perguntamos, e somos sempre muito bem atendidos. Aliás, ontem, às 7 horas da noite, o Humberto ainda estava respondendo perguntas minhas,

inclusive sobre o Fundo Garantidor, pois recebemos ontem essa resposta. Muito obrigada a todos. Boa tarde.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Depois do Marcelo, deputado, nós poderíamos abrir para os bancos.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAAIQ) — Karla, se precisar, estou à sua disposição. Com relação ao TAA, eu tenho uma relação muito próxima — e diria até de amizade — com o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias. Até porque, no período em que fui governador aqui, ele era governador do Piauí, e estabelecemos uma grande relação. Acho que dá para viabilizarmos muito recurso para o TAA, que é um instrumento muito importante para a agricultura familiar...

SENHORA KARLA BETHÂNIA NADAI (engenheira agrônoma) — Já que o senhor me deu essa liberdade... Com o PAA Indígena, foram aportados cinco milhões de reais, e nós cadastramos — sim, cadastramos — oitocentos e oitenta indígenas. O percentual de recurso será bem menor, para que os indígenas possam comercializar. Há, no entanto, a promessa de que, no próximo ano, tenhamos um recurso maior, para que ele chegue ao teto de quinze mil reais, que é o limite permitido para comercialização. Porque, com esse recurso — na verdade, de apenas cinco milhões —, ele só poderá entregar aproximadamente cinco mil reais.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAAIQ) — Podemos estar juntos nisso.

SENHORA KARLA BETHÂNIA NADAI (engenheira agrônoma) — Marcelo...

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal de Pesca e Aquicultura - MS) — Boa tarde a todas e a todos! Quero, em nome do deputado Zeca, da deputada Gleice e da Marina, louvar esta reunião. Parabenizo e cumprimento os integrantes da Mesa. Em nome da nossa bancada e do presidente da Colônia de Pescadores de Coxim, senhor Abílio, cumprimento, também, o Landmark, que está ali atrás, e todos os presentes nesta reunião tão importante. Aqui poderemos apurar algumas arestas e levar informação a quem precisa acessar esse crédito — esse pequeno crédito, principalmente o agricultor familiar e os pescadores. Vou me deter na questão dos pescadores. Bom, atualmente, eu estou superintendente federal da Pesca em Mato Grosso do Sul, e quero destacar que os pescadores estão incluídos no escopo de atuação do MDA, nosso parceiro. Temos realizado diversas atividades no interior do estado desde o ano passado — Coxim mesmo já nos recebeu três vezes para falarmos, na Colônia, sobre a importância de se fazer o CAF. Ainda na época em que o Betão integrava a equipe da Agraer, fizemos um mutirão para levar essa informação a outros municípios do interior, e continuamos fazendo agora com o Fernando. Desejo sucesso à nova direção da Agraer. E

o que precisamos, na verdade, é uniformizar essa informação junto aos pescadores e às pescadoras. Eu cheguei hoje de Brasília, e, inclusive, o Abílio me ligou, o Batista também, eu estava lá. Eu fui chamado, e até fiquei com medo, porque estão rodando por aí alguns superintendentes da Pesca por conta da votação da Medida Provisória nº 303. Cheguei lá, e havia três colegas superintendentes. Então eu pensei: o que será que vai acontecer? Mas foi uma notícia boa. Nós recebemos uma menção honrosa lá. Vocês acompanharam: houve um pente-fino na questão do pescador profissional, junto com o INSS e o Ministério do Trabalho. E Mato Grosso do Sul foi o único estado do Brasil em que nenhum pescador teve a carteirinha cancelada. Isso é fruto do trabalho da nossa superintendência. Houve apenas um pescador que teve a carteirinha suspensa, mas ele já ingressou com recurso e, provavelmente, logo, logo, poderá usar a carteirinha novamente. Agora, estamos na luta para poder acessar esses créditos e microcréditos. Nós somos dois milhões de pescadores e pescadoras, trabalhadores e trabalhadoras das águas do Brasil; desses, seis mil e oitocentos estão aqui em Mato Grosso do Sul — e 51% são mulheres trabalhadoras da pesca. Então, a maioria dos profissionais que sobrevivem do rio são mulheres. O Pronaf Mulher, que agora está sendo disponibilizado, também cabe ao pescador e à pescadora. O Governo Federal já tirou a obrigação de ser feito apenas um contrato na questão do Pronaf B. Então, pode-se pegar o empréstimo menor, de doze mil reais, e a mulher pode acessar o de oito mil e quinhentos reais. Esse de oito mil e quinhentos reais do Pronaf Mulher é maravilhoso; porque, se pagar em três anos, paga só mil e quinhentos reais. Mas há a questão de falta de uniformização da informação para os pescadores. Houve alguns problemas em Corumbá, em Coxim, em Porto Murtinho... Além de ser difícil para eles acessarem o crédito, muitas vezes, o atendimento — essa forma mais brusca de devolutiva — acaba gerando um impacto para nós que estamos aqui. Porque, quando eles vão ao banco — e o nosso povo já é melindrado, nem sempre foi assim, mas hoje é — e recebem a resposta do gerente ou do atendente de que não há o recurso, sendo que nós já estamos há um ano fazendo todo esse trabalho... O presidente Lula vem quebrando recordes de investimento no Pronaf: são oitenta e nove bilhões de reais este ano; e desses, quinhentos e sessenta milhões são de Mato Grosso do Sul; oitenta milhões só para a agricultura familiar. Então, não é agradável para o pescador ouvir que não há recurso, que tem que haver vários tipos de garantia e tal. O Governo cria o FCO, o Governo deixa fazer dois contratos... Os pescadores sabem que é uma relação comercial, sabem que tem que ter o nome limpo, mas, mesmo assim, entre os pescadores a inadimplência é quase zero. Desses noventa e oito contratos, só dois tiveram inadimplência, lá atrás, no governo Lula. E eles querem acessar o Pronaf maior, porque querem o barco, o motor... Aí vai para trinta e cinco, quarenta mil, não é, Batista? Tivemos, também, outras informações. Por exemplo: em Porto Murtinho, o atendente queria indicar a empresa que vende barco e motor. Então, o que nós precisamos é fazer com que essa informação chegue de forma clara, correta e humanizada ao produtor. O vereador Landmark foi perfeito em suas palavras. Ah, e quero saudar a nossa bancada aqui: o Pedro Kemp não veio, mas estão aqui a Gleice, o Zeca, o Landi, o Batista e o Abílio. O viés ideológico não precisa e não deve ser único na nossa atuação, mas ele é a base em algumas coisas. Porto Murtinho é a nossa escola. Em 1997, minha mãe era prefeita, e o presidente Lula foi abrir o Carnaval lá em Porto Murtinho. O Zeca estava há um

ano de assumir como governador. Talvez por isso o Zeca fez o Banco do Povo no governo dele, para atender os pequenos. Meu pai contou uma história para o presidente Lula. Lá em Murtinho, tinha um gerente do Banco do Brasil que se chamava Marcolino, que foi um chacareiro famoso em Murtinho, o senhor Peralta, se não me engano. Ele chegou com chapéu de couro, roupa surrada, e disse: "Gerente, eu estou sabendo que está tendo um financiamento, e eu quero acessá-lo." E o gerente perguntou a ele: "O senhor tem bens?". Ele respondeu: "Tenho. Tenho uma chácara, uma pequena propriedade aqui em Porto Murtinho, no Bocaiuval."... "Tem mais alguma coisa?"... "Tenho uma casa em Campo Grande."... "Mais alguma coisa?"... "Tenho uma propriedade em São Paulo.". Aí o gerente perguntou: "O senhor tem renda?"... Ele respondeu: "Tenho, sou oficial reformado do Exército.". Então, o Marcolino disse para ele: "Você está gozando com a minha cara, não é?". E ele respondeu: "Estou, porque o senhor gozou primeiro, perguntando se eu tenho bens, garantia, renda... Se eu estou vindo aqui pedir um valor pequeno para poder investir, como é que eu vou ter renda?". Então, é preciso humanizar o atendimento aos pequenos, para que eles acessem e melhorem sua condição de vida. Muito obrigado! Bom debate a todos!

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Obrigada, Marcelo. Pois não, Fernando.

SENHOR FERNANDO LUIZ NASCIMENTO (diretor-presidente da Agraer) — Quero lhes dar uma informação... Deputada Gleice, eu, sabendo dessa demanda que existe com relação à questão do poço... Isso que o Marcelo disse acontece muito: a falta de informação, o ruído na comunicação. Sabendo dessa demanda, eu falei com nossa colega Leda, que é da área ambiental. Ontem, eu conversei com o gerente de Recursos Hídricos do Imasul. O Estado de Mato Grosso do Sul obriga que todo poço seja cadastrado e tenha outorga. Só que até 20 mil litros por dia não precisa de outorga; basta o cadastro e a construção em volta do poço, para protegê-lo. Porque o poço é de água, e água hoje é ouro. Então, o poço precisa ser protegido com o quê? Com uma cerquinha, com cimentação em volta e com a bomba adequada. Só isso. Isso você faz com dois, três mil reais. E até 20 mil litros por dia não precisa de outorga. Mas o que se faz com 20 mil litros por dia?... Fiz as contas. Se um produtor possui vinte vacas, uma horta de 500 metros quadrados (10 x 50 m) e um pomar com meio hectare de laranja ou limão, ela gasta por dia 14 mil litros de água e ainda sobra — se não chover, porque, se chover, não gasta nem 14 mil litros. Então, o pequeno produtor já está protegido pela nossa legislação estadual, se consome até 20 mil litros por dia. Eu estudei o caso, e existem outros estados em que esse limite é um pouco maior — isso também pode ser discutido. Quem decide isso é o Conselho de Recursos Hídricos do Estado. O problema é que essa informação não chega a muitos produtores, e aí surge aquela barreira para regularização. Dizem: "Ah, tem que contratar um geólogo." Isso realmente aumenta o custo, mas quantos produtores estão nessa condição de possuir vinte vacas, uma horta e um pomar para consumo da família? Tranquilo: 20 mil litros por dia é um bom volume; 600 mil litros por mês. E o produtor não precisa de outorga

— apenas do cadastramento, que deve ser feito, e da proteção da boca do poço. Porque isso é recurso hídrico, isso é ouro hoje para nós. Eu quero passar essa informação. Estamos à disposição para colaborar junto ao Imasul e à Semadesc. Parabéns, professora, pelo dia de hoje!

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — Boa tarde a todos! Deputado Zeca do PT, quero agradecer o convite. Você sempre tem defendido (como missão de vida, na verdade) a agricultura familiar. Isso mostra a sua dedicação, a energia que você entrega a este povo tão importante, que, como meu amigo Haroldo diz: "Os produtores da agricultura familiar colocam o nosso tomate na mesa, nossa mandioquinha na mesa; colocam a maioria do que comemos na cidade". Também quero agradecer ao Fernando. Já nos reunimos antes, inclusive para formatar e falar sobre a agricultura familiar, falar sobre banco, falar sobre os técnicos da Agraer, que têm desempenhado um papel muito importante dentro da estratégia do banco no acesso ao crédito. Quero agradecer, também, à Marina, superintendente do MDA; ela é a nossa querida guardiã da agricultura familiar. Temos contato quase corriqueiramente, inclusive em decisões e em dúvidas que possam surgir dentro de todo o processo de acesso ao crédito. Quero agradecer, também, à deputada Gleice, pela presença. Nós nos conhecemos agora. É um prazer estar aqui com você. Quero agradecer também ao nosso amigo e colega da Caixa Econômica, o Ricardo. Em nome do deputado Zeca do PT e de toda a Mesa, quero cumprimentar todos aqui presentes, nossas produtoras, os presidentes de associações e das entidades presentes. Bem, a gente sabe do nosso papel, no Banco do Brasil, dentro de toda a estratégia que envolve a agricultura familiar. Nós somos responsáveis, e vamos fazer aqui uma pequena apresentação para que vocês tenham uma ideia da importância que o banco dá à agricultura familiar. No Estado de Mato Grosso do Sul, continuamos sendo referência dentro da agricultura familiar, dentro do acesso ao crédito. Primeiramente, colocamos aqui algumas informações técnicas, para que possamos conhecer um pouco mais sobre a agricultura familiar. Claro que não poderemos esmiuçar muitos detalhes, mas a intenção é compreender e facilitar o debate das questões que serão colocadas. Observem a tela. A agricultura familiar está dividida, no Pronaf, em três grupos principais: o grupo A e A/C, que reúne todos os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o grupo A - investimento; e o grupo A/C - custeio. Temos também o grupo B, que abrange agricultores com renda bruta familiar de até cinquenta mil reais. E o grupo variável, que é aquele do agricultor familiar tradicional — o que já tem uma renda bem maior, acima de quinhentos mil reais. Nossa foco, embora tenhamos esses três grupos principais na classificação do beneficiário dentro do Pronaf, é com o pequeno produtor que trabalhamos mais diretamente. Aqui, apresentamos alguns números relativos aos planos safra, ano a ano, para que possamos observar o crescimento dos valores dentro do Banco do Brasil. Na safra 2021/2022, tivemos 4.500 operações de crédito em todos os Pronaf, totalizando um volume aplicado de 201 milhões de reais em Mato Grosso do Sul. Em 2022/2023, foram 4,4 mil operações, com elevação do montante para 213 milhões. Em 2023/2024, alcançamos 4,9 mil operações, somando 234 milhões aplicados. No ano passado, registramos o recorde de

284 milhões aplicados no estado, com 5.500 operações de crédito liberadas no período da safra. O Plano Safra, como vocês sabem, vai de julho a junho. Observamos, nesta tela, dentro do Pronaf e do Banco do Brasil, a distribuição desses recursos por linha de crédito e por safra. Podemos ver, por exemplo, o Pronaf e a Agricultura Variável, com 3.915 contratos em 2023/2024 e 3.493 contratos na safra 2024/2025. Houve, portanto, uma redução nas operações do Pronaf na agricultura familiar e no volume aplicado. Por outro lado, percebemos que, para o pequeno produtor, aumentamos consideravelmente tanto a quantidade de operações quanto o volume de crédito. No Pronaf A, passamos de 631 operações de crédito, no valor de 21 milhões (safra 2023/2024), para 1.719 operações na última safra — triplicando a quantidade e alcançando 69 milhões de reais aplicados. Isso representa uma evolução de 172% nas operações e um crescimento de 229% no volume. No contexto geral do Pronaf, tivemos uma evolução de 13% no número de operações e de 21% no volume. Temos colocado muita energia tanto nas contratações de crédito quanto na ampliação dos volumes internalizados em cada safra. E, olhando agora para a safra atual (2025/2026), é interessante observar que, em apenas três meses, já atingimos 50% de tudo o que liberamos no ano passado inteiro. São números muito relevantes, que refletem o trabalho que temos feito. Observem que nós temos ali dentro de montantes estipulados, está dividido entre agrícola e pecuária para poder facilitar o entendimento de vocês sobre custeio e investimentos. Mas a gente observa ali que, até setembro — e esse é um dado do Bacen —, até setembro de 2025, nós liberamos duas mil setecentas e setenta e cinco operações. No ano passado, no Plano Safra anterior, liberamos, no ano inteiro, cinco mil quinhentas e oitenta e nove. Ou seja, até setembro, nós já fizemos 50% do que realizamos no Plano Safra passado. Eu coloco esse número porque ele é muito relevante, mostra a ação do Banco do Brasil e a importância que temos dado a esse assunto...

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Ronderson...

Eu também sou assessor lá na Superintendência do Banco do Brasil. É importante destacar que esses números se referem a apenas três meses da safra 2025/2026 — julho, agosto e setembro já estão fechados. Mato Grosso do Sul recebeu 177 milhões de reais, conforme dados do Banco Central. Só o Banco do Brasil aplicou 126 milhões de reais em 2.775 operações. O volume é muito grande, Zeca. Em apenas três meses, fizemos mais de 50% do total da safra passada... O Banco do Brasil é, de fato, o principal operador.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (Presidente da CPDAAIQ) — [Fala fora do microfone]...

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) —

Exatamente. Bem lembrado. Sessenta por cento dessas operações foram realizadas por meio de correspondentes bancários — parceria com a Agrae e outros parceiros nossos.

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Eu vou até chegar lá, Zeca, porque é importante dizer isso. Esses números refletem todas as nossas ações. De todo o valor aplicado, 71% foram liberados pelo Banco do Brasil. A parceria que

temos com o MDA, com a Agraer e com todos os nossos parceiros — as assistências técnicas credenciadas pelo banco — é determinante. Eu não poderia deixar de mencionar o Carlos, nosso amigo e colega da BPTS, uma coligada do banco. Ele é responsável por toda a assistência técnica e pela condução das equipes de assistência técnica do estado. Ele faz um papel muito relevante dentro da estratégia do banco de levar o acesso ao crédito ao produtor rural. E por que digo isso? Porque hoje as operações de crédito não são mais feitas diretamente nas agências. Tenho ouvido muitas pessoas dizendo que foram às agências. Quem tem recebido e internalizado essas operações são os Corbans, os correspondentes bancários. Eles são o elo, a ponte para que a gente conduza o processo. Nas agências, hoje, praticamente só se vai para assinar — e olhe lá! —, porque o Corban pode colher a assinatura e levar à agência o instrumento de crédito já assinado. Então, é importante dizer isso aqui. Tenho ouvido muito: "Fui à agência, fui à agência, fui à agência." E nós queremos, sim, que vocês vão à agência. Nossa empenho é que vocês sejam sempre bem recebidos lá. Fazemos reuniões constantes com o time, e também com o pessoal da Agraer, que tem um corpo técnico excepcional. Inclusive, estivemos reunidos ontem, Fernando, justamente para fazer alguns alinhamentos. Sentamos corriqueiramente com a Agraer, porque não há como falar desses números sem mencionar uma parceira como ela. A Agraer é fundamental para que alcancemos esses resultados. Temos outros parceiros, outras assistências técnicas, mas a Agraer é o diferencial, Fernando. E nós prezamos muito essa parceria, esse relacionamento. Ontem, na reunião, conseguimos aparar algumas arestas e apresentamos à Dirag algumas sugestões — internas também —, justamente para mostrar a importância do Banco do Brasil dentro dessa estratégia e, principalmente, do papel do Corban em todo o processo de acesso ao crédito... Pois não.

SENHOR CARLOS GUSTAVO FRECH (Banco do Brasil) — Na estratégia do banco, incluímos a BBTS — Banco do Brasil Tecnologia e Serviço. Sou funcionário do banco cedido para trabalhar na BBTS, para fazer esse trabalho específico aqui em Mato Grosso do Sul. Quero destacar a importância do que desenvolvemos de janeiro para cá. Quando cheguei, havia 117 correspondentes bancários cadastrados. Eu, que sou catarinense, rodei todas as cidades deste estado — conheço todas as setenta e nove. Visitei agências, conferi os CNPJs dos correspondentes. Digo isso pela relevância do que foi feito. Como administrador e economista, precisamos apresentar soluções e mudar os lugares por onde passamos. Muitas vezes há uma loja ou ponto de atendimento com o símbolo do banco que o próprio cidadão daquele município desconhece, mas ele também pode bater lá, no local. Meus clientes, hoje, são as assistências técnicas, que estão ávidas por clientes, porque essa é a função de qualquer empresa. Quero deixar isso como mais um ponto de atendimento do banco, para desenvolvemos e utilizarmos o apoio que o Banco do Brasil oferece, bem como a relevância e a importância que o banco tem dado ao correspondente bancário. O correspondente bancário foi criado nos anos 1990 — uma evolução na época, assim como o Pix é hoje. Precisamos retomar essa mão de obra especializada e técnica, que faz bem feito, garantindo a aplicação correta do crédito. Aproveitando, quero falar da padronização, fundamental, como o colega mencionou. No portal que nosso correspondente bancário utiliza, estão disponíveis todos os tutoriais, manuais e procedimentos

padronizados do banco, para checklists. Eu brigo com eles todos os dias, digo: gente, tem uma operação que voltou por falta de padronização de projeto. Está tudo lá, disponível para uso, conforme o que o banco exige. Sobre o B, que eu coloquei com o Fernando: por que ainda não estávamos operando? Porque é necessário o registro obrigatório dos Corbans, que são os responsáveis por rodar essas operações no estado. Especialmente com a Copaeer — sem ela, não conseguíamos alcançar os números desejados. Fiz um pedido e um apelo para colocar isso em funcionamento e ajudar todos os produtores. O registro no MTA era obrigatório. Peguei o carro do banco, visitei os parceiros nas cidades, protocolei e deixei o sistema pronto para rodar o B. Isso já está feito. Além da Copaeer, que será nossa grande parceira, temos outros dez parceiros no estado; posso disponibilizar o nome das cidades, preservando o sigilo bancário. Quero deixar uma mensagem pessoal: eu estava angustiado para dizer. Nós temos a expressão — pode ser forte, mas é o que acredito no banco e faço há vinte e um anos —, 'uma luta de classes quanto à tecnologia'. Não podemos esquecer disso. O grande, no escritório segmentado, está sendo orientado pelo funcionário; e nós, como transformadores, precisamos ajudar o pequeno produtor com tecnologia. Isso é crucial para que ele não fique para trás nessa corrida entre grande, médio e pequeno. Isso é algo que faço há vinte e um anos no banco. Instalei aplicativos, gerenciadores financeiros, BB Cobrança e, agora, estou implantando, nas pequenas cidades do estado, a tecnologia do correspondente bancário, para que ele esteja preparado para atender. Eu brigo com meus clientes a cada visita. Digo: vocês são agentes transformadores. Peguem o celular, ajudem o produtor. E eles têm feito isso. São detalhes pequenos, simples, mas que fazem diferença. Quero deixar registrado que estamos trabalhando bastante para transformar as coisas. Obrigado.

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — O que o Carlos disse, deputado, é muito importante. Precisamos levar a cidadania para essas pessoas, mostrar como a cidadania funciona, e a tecnologia é fundamental para isso. Mais à frente, vamos abordar esse tema de modo um pouco melhor. Com relação ao Pronaf da safra 2024/2025: temos a aplicação no MS foi de 401 milhões de reais, sendo que o Banco do Brasil aplicou 284 milhões de reais, correspondendo a 68% de todo o crédito Pronaf em Mato Grosso do Sul. Quando falo Pronaf, falo do Pronaf total, mas do pequeno é praticamente nosso, do Banco do Brasil, não vou dizer 100%, mas o Pronaf B, que nós vamos entrar agora, que eu vou falar um pouquinho, é nesse sentido. Aqui [na tela], como o Carlos disse, todos os municípios do estado são atendidos pelo Pronaf por meio dos nossos correspondentes bancários, que fazem os projetos e que também fazem o acolhimento dentro da plataforma do banco. Eu vou falar um pouco sobre a nossa maior parceira, que é Agraer. Nós temos aqui os valores que estão aguardando formalização: a assinatura para liberação do recurso. Ali, na outra parte, acolhimento em análise do Corban/Cenop: 51 milhões de reais; contratadas: 48 milhões. Um total de 124 milhões. Isso com a Agraer. Eu reforcei, no começo, a questão de que as agências não estão mais acolhendo operações, porque elas vão para o nosso centro de operações, o Cenop. Isso traz segurança na qualidade do crédito. Eu sei que, antes, nas agências, muitas vezes se fazia em um ou dois dias; agora, a média está sendo de três a quatro dias úteis. Mas é um

prazo ainda, ao nosso ver, bem razoável. É claro que, havendo diligências, esse prazo pode aumentar um pouco. Depois, o Haroldo pode me ajudar com relação a algumas diligências sobre o projeto ou sobre outras questões. Recentemente, tivemos — não é, Marina — uma questão de [palavra ininteligível], que o banco não consegue resolver, e o cliente precisa ir ao Ibama para regularizar. São muitos casos assim, e essas diligências têm que ser resolvidas para que o processo possa prosseguir dentro da legislação da linha de crédito. Alguns documentos são importantes, como dissemos aqui, informações técnicas relevantes para o debate. Não é possível operar nenhuma linha de crédito sem o CAF, além de documentos pessoais como RG, CPF e comprovante de endereço. Caso o cliente não tenha conta no Banco do Brasil — que é público —, ele pode abrir tanto nas agências quanto pelo celular, o que hoje é muito comum. Eu costumo brincar dizendo que o produtor, muitas vezes, não tem liquidificador em casa, mas tem celular para se comunicar com a família. Comunicar-se é importante. Muitas vezes, o produtor está no Facebook ou no Instagram, e entendemos que o celular é uma ferramenta fundamental, como o Carlos disse, para promover cidadania e fortalecer a agricultura familiar. É necessário que o cadastro no banco esteja atualizado, sem restrições cadastrais. Caso existam, temos o Desenrola, uma ferramenta para regularização de pendências. Queremos fazer um apelo: há pouca procura pelo Desenrola por parte da agricultura familiar. Mas, por meio do Desenrola, podemos solucionar muitos casos para que nossos clientes voltem a trabalhar com o Pronaf. Depois, o Haroldo pode detalhar algumas coisas sobre o Desenrola Rural. Com relação à inadimplência, é essencial ter as documentações do imóvel. Há, claro, características diferentes para o pescador; nesse caso, a colônia de pescadores pode ser usada como comprovante de residência. Também é necessário o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, por fim, o projeto de financiamento, assinado pelo produtor rural e acolhido pelos nossos correspondentes bancários.

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — Eu gostaria de abordar essas situações. Meus amigos, aqui está o caminho do crédito para vocês acessarem. "Ah, mas o Banco do Brasil é burocrático!". Não é, não. Questão de juros de 0,5% ao ano. Quem quer juros de 0,5% ao ano? Bônus de 40%! Você pega cinquenta, paga trinta em dez anos. Então tem que ser um negócio sério. O banco precisa obedecer às normas; o Manual do Crédito Rural é condição para que vocês acessem o crédito. Esse é o caminho correto. Se vocês cumprirem isso aqui, não tem erro, coisa de três dias, quatro dias a proposta estará pronta para vocês assinarem. "Ah, mas tem a questão da outorga d'água!". "Ah, eu vou fazer uma atividade pecuária, vou comprar gado!". Ora, como você vai dessedentar? Como você vai matar a sede dos animais? Tem que estar no projeto! "Ah, não, eu vou tirar água de um poço, de um poço lá na propriedade!". Ah, você vai tirar água de um poço da propriedade? Aí existe a legislação ambiental. Fernando, parece-me que era até 10 metros cúbicos; passou para 20 agora. Até 20 metros cúbicos é considerado uso insignificante. E, com esse uso insignificante, a legislação do meio ambiente de Mato Grosso do Sul diz o seguinte: "Basta o certificado do Imasul!". Você cava o seu poço, cerca e acabou. E, se o projeto técnico disser: "Eu vou dessedentar meus animais, vou matar a sede, vou por quatro açudes, que vão captar água da chuva"? A legislação ambiental

dispensa qualquer tipo de outorga ou de licença. Está dentro da norma. Mas no projeto precisa constar essa informação. Então, uma boa elaboração, um bom projeto, é fundamental — que tenha a documentação correta e cumpra a legislação. CCU — no caso do assentado — tem que ter o documento. A questão do CAR, hoje em dia, Mariana, está pegando muita coisa. O CAR Ambiental destravou muita coisa naquela questão de Cadastro Coletivo do Assentamento. Somente quem der causa aos embargos ficará impedido; os demais não. Antigamente, um impedia todos, mas uma nova legislação veio e corrigiu isso — embora ainda haja entraves. O cadastro atualizado é importantíssimo, a documentação necessária — com quem você é casado, qual imóvel vai explorar, se é proprietário, arrendatário ou cessionário do Incra. Documentação, meus amigos, é muito importante. Ter tudo isso em ordem facilita e agiliza o crédito. É assim que vamos caminhar.

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Eu acho que bom falar sobre as garantias do Pronaf A...

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — O Pronaf grupo A é o primeiro investimento daquele que foi assentado pelo Incra ou que financiou o lote pelo PNCF. O investimento chama-se *Pronaf grupo A*: cinquenta mil reais. Dá para fazer qualquer coisa que vocês precisarem na propriedade — qualquer coisa! "Ah, eu quero fazer cerca. Quero fazer correção do solo. Quero fazer um galpão. Quero comprar gado." Enfim, o que precisar de investimento é Pronaf A: cinquenta mil reais; juros de 0,5% ao ano. Meu Deus! Onde existe um programa desse? É um dos melhores programas do mundo! Falo com certeza. É para vocês iniciarem a produção. E, se pagarem em dia, no vencimento, têm um rebate de 40% na parcela. Você pegam 50 mil reais e pagam 30 mil reais em dez anos. Mas não podem deixar de pagar — tem que pagar em dia! Porque, depois que acessarem esse crédito, vocês vão evoluir para outros créditos, como o Pronaf Mais Alimentos, que é um investimento de até 250 mil reais. Vejam a importância disso! E vocês sabem qual é a garantia do Pronaf A? Somente a assinatura de vocês. E nada mais, Zeca!

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Isso é importante, Zeca, porque foi dito aqui também — e é verdade —: no Pronaf A e no Pronaf B, a garantia "sou eu", a pessoa, o produtor. Quando ele vai para o Pronaf Mais Alimentos, a renda dele já é maior; aí, sim, entra nas garantias estipuladas pela instituição financeira.

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — Onde poderia... Aquele fundo garantidor seria uma excelente ideia para dar garantia, porque esses recursos são da instituição financeira, do banco. Infelizmente, o banco aplica o dinheiro, a taxa de juros é garantida pelo Governo; mas, se houver inadimplência, o prejuízo é do banco. E o banco, não é só o Governo, o banco tem acionistas, e precisa responder a eles. É aí que entra a necessidade de uma garantia, por conta do crédito, pelo Fundo Garantidor. Seria uma maravilha, Zeca. A gente tem que trabalhar nisso.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Só para complementar: o Fundo Garantidor ainda está em projeto de lei. E por que nós não temos a Garantia-Safra aqui no Centro-Oeste? Porque os estados que compõem a região Centro-Oeste não aceitaram ainda o Garantia-Safra para cá. Eu até estava dizendo para o deputado que a gente precisa que a nossa bancada federal estimule isso numa força-tarefa, porque as demais regiões, Betão, estão operacionalizando... E o Garantia-Safra resolve a situação das nossas famílias...

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Ótima ideia. É isso aí. Boa notícia. O Fundo Garantidor sobre o qual você comentou comigo é do Rio Grande do Sul, e ele existe por conta das calamidades. Lá já está funcionando; aqui ainda nós não temos... Mas, se viesse o Garantia-Safra, seria bom... A2, A2. Mas, depois que o produtor pegou o Pronaf A — o primeiro, de 50 mil reais —, ele pode pegar o tal do *custeio*. O que é o *custeio*? É um item, é aquilo de que a pessoa vai precisar para custear sua lavoura, para custear o seu gado. É o sal, a ração, a vacina... Se a pessoa fizer uma horta, é o adubo, a semente, a muda. Tudo o que se usa num ciclo de produção chama-se *custeio*. A pessoa só não consegue usá-lo duas vezes. Tem mais 20 mil reais — pegou, aplicou, já habilita o *custeio*: 20 mil por ano-safra, podendo ser três safras seguidas, pegando 20 mil com juros de 1,5% ao ano. Vocês sabem quanto está rendendo a tal da taxa Selic aos investidores? Quinze por cento! E qual é a inflação? Quase cinco. E os produtores estão pagando 1,5%! É bom demais! É uma política excelente. Pague em dia, evolua e cresça.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Haroldo, fale também do Pronaf A2, dessa nova surpresa que nós tivemos; porque nós estamos divulgando tanto, e a pessoa, se não pagar a parcela, não consegue...

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Não satisfeito com todos esses benefícios... No final do ano passado, o Governo criou mais uma possibilidade: ter um segundo Pronaf A. Mais 50 mil reais! Meu Deus, eu também quero! Não é bom? Juros de 0,5%! Só que, nesse segundo, o desconto — o benefício — é de 25%. Mais 0,5% com 25% de desconto, não é muito bom? É excelente para produzir! Esse segundo Pronaf A, de 50 mil reais (não pode passar de 50 mil), tem que ser contratado até 30 de junho de 2027. Quem já contratou o primeiro poderá contratar o segundo. Só que, recentemente, o pessoal estava contratando o A e logo em seguida o segundo. Então, a regra é assim agora, a partir de 1º de outubro: quem pegou o primeiro Pronaf A — vocês sabem que têm até três anos para começar a pagar, o que se chama carência — só poderá pegar o segundo depois que pagar pelo menos uma parcela do primeiro, após o período de carência. Entenderam?

SENHORA NADIR CORRÊA DO AMARAL — Então pode antecipar?

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — A lei não permite antecipar. Se você contratou uma operação do Pronaf A, com previsão de três anos de carência, é porque o projeto já tinha as condições de capacidade de pagamento, todas as condições para você desenvolver a atividade. Se você antecipar, vai estar burlando essa situação. E o que o Governo quer com isso? Quer que mais gente acesse esse novo crédito — o segundo A. A ideia é que aquele produtor que contratou lá atrás e, de repente, depois precisou estimular sua produção possa pegar esse segundo A. Agora, aquele que acabou de pegar um e já quer pegar o outro, vai acabar prejudicando quem deixou de pegar lá atrás...

SENHORA NADIR CORRÊA DO AMARAL — O Pronaf A, que é o primeiro que pega, que o senhor mencionou: em dez anos paga 30 mil. Qual é a parcela anual? Três anos de carência, é isso?

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Pois bem, esses 50 mil, se você dividir por dez, dá quanto? 5 mil por ano. Só que você vai deixar de pagar três anos, se pegar a carência. Então, divide 50 mil por 7. Dá 7.500 reais. A sua parcela seria de 7.500 reais. Desses 7.500 reais, se você pagar em dia, terá um desconto de 40% — quase 3 mil reais. Então, desses 7, você vai pagar uns 4 e alguma coisa. É muito bom, não é? E é isso que a gente quer. O Banco do Brasil é um parceiro que quer ver vocês crescerem. E a gente está trabalhando para melhorar o atendimento nas agências. Lá, a gente sempre reforça: é recomendação do banco que todos os clientes sejam atendidos da mesma maneira. Para isso, há tecnologia, há as parcerias com os correspondentes — e assim vamos crescendo. A gente quer ver este estado evoluindo. Finalizando, quero destacar o seguinte: é urgente que o acesso à tecnologia se torne um facilitador para a agricultura familiar. O celular tem um papel muito importante — ele é essencial para a abertura de conta, para as liberações de crédito e também para o compartilhamento de dados. Sobre o compartilhamento de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, o produtor precisa fazer a liberação pelo celular. Quando ele autoriza, o banco já tem acesso às informações cadastrais necessárias, o que agiliza todo o processo. Essa é uma das questões. Outra questão importante é o papel dos nossos parceiros. Hoje, todas as operações do Pronaf são realizadas fora das agências. Nossos funcionários não executam mais as operações diretamente; quem as realiza são os parceiros do Corban e as assistências técnicas. São eles que operam as linhas do Pronaf. E, por fim, quero trazer uma notícia muito boa, deputado e senhora Marina: hoje contratamos o nosso primeiro Pronaf B. Tivemos essa demanda e conseguimos concretizá-la.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — E o vereador Abílio? Queremos saber do Pronaf Mulher também! Ele veio aqui cochichar, dizendo que não estamos conseguindo fazer. O Pronaf Mulher é uma briga nossa — as mulheres estão muito bravas!

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — Vamos ter de resolver isso... Apresente a proposta, e a gente encaminha. Mas eu quero reforçar, deputado Zeca, que o Pronaf B foi uma demanda direta do Governo Federal ao Banco do Brasil. Essa demanda surgiu no mês passado, não é, Haroldo? Foi no mês passado. Na região Centro-Oeste, praticamente não existiam operações do Pronaf B — ele era mais comum no Nordeste e em parte do Norte. Mas, no Centro-Oeste, essa linha praticamente não existia. A partir da demanda do Governo Federal, nós nos reunimos com a equipe da Agraer, que fez uma consulta jurídica bastante discutida, e agora estão aptos a operar o Pronaf B. Temos também mais dez parceiros no estado habilitados a operar essa linha. Então, eu quero fazer um apelo: que as cidades incentivem suas assistências técnicas, credenciadas pela BBTS, a aderirem a esse convênio do Pronaf B. O Pronaf B foi liberado hoje, após termos recebido essa missão no final do mês passado. E, enfim, hoje mesmo liberamos o financiamento da senhora Sônia Maria, na agência de Sidrolândia... Deu certo.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (MDA) — Ótimo, Ronderson! Obrigada. Ronderson, não só com vocês, mas também com a Caixa, a gente vem conversando sobre tecnologia. Só que nós temos uma preocupação: nossos assentados estão envelhecendo. Muitos dos nossos idosos não conseguem acompanhar a evolução tecnológica. A abertura de conta pelo celular, o uso de aplicativos, tudo isso é difícil para quem vive no campo — onde a internet, muitas vezes, é precária. A gente entende que é importante fazer tudo isso pelo celular, mas os idosos têm dificuldade em acompanhar. Então, precisamos equilibrar o atendimento da agricultura familiar como um todo. Nossa juventude, muitas vezes, sai do campo. E quem fica? O pai, a mãe, o avô, a avó. Eles não conseguem, muitas vezes, acompanhar a evolução tecnológica. Temos de avançar, sim, mas sem deixar de pensar em um "plano b" para os idosos que estão lá no campo e que não conseguem acompanhar tudo isso — e ainda vivem com medo dos golpes, que estão por toda parte. Sem contar o analfabetismo, que também é uma realidade. Por isso, não podemos deixar de lado o atendimento presencial. Tecnologia? Ótimo! Mas precisamos lembrar que, nos assentamentos de Mato Grosso do Sul — e do Brasil como um todo —, há um grande número de pessoas que ainda precisam desse atendimento humano e acessível. A sucessão rural não está acontecendo. O grande número de idosos é preocupante. E a pergunta é: como eles vão acessar os maquinários?... Nós estamos falando de máquinas de pequeno porte, porque o trabalho rural, o trabalho braçal vai ficando cada vez mais pesado, não é, Fernando? Como é que a gente vai pensar nisso? Muitas vezes, os idosos não conseguem acompanhar os avanços da tecnologia.

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — É interessante, Marina, porque há soluções para isso. A solução é ir à agência, não necessariamente para fazer a abertura da conta, porque isso pode ser feito tanto pelo aplicativo quanto nas agências. E o compartilhamento de dados também pode ser feito nas agências ou pelo aplicativo. Agora, a condução da operação é o Corban que faz. Mas é importante destacar que as agências estarão sempre abertas para receber a agricultura familiar.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Isso é importante: preparar as agências para atender nossas famílias.

SENHOR RONDERSON PATRÍCIO SOARES (Banco do Brasil) — Interessante: nós temos um dado de que, a cada dez acolhimentos de autorizações, no mínimo sete são feitos pelo próprio cliente.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (MDA) — Obrigada, Ronderson. Pois bem, agora, vamos passar a palavra ao Ricardo da Caixa Econômica.

SENHOR RICARDO SAMPAIO (gerente de Governança da Caixa Econômica Federal) — Boa tarde a todos! Quero cumprimentar, de modo especial, o deputado Zeca do PT, a deputada Gleice Jane, o Fernando, a Karla, os representantes da Agraer, a Marina, do MDA, meu colega Ronderson, do Banco do Brasil, as demais autoridades e todos aqui presentes. Eu digo *colega* porque aqui não estamos como concorrentes — instituições financeiras competindo entre si —, mas como parceiras. Acredito que, enquanto houver alguém precisando de crédito, um cliente ainda não atendido, devemos atuar juntos para que todos tenham suas necessidades e oportunidades satisfeitas de forma igual. Eu quero falar diretamente com o Fernando: a Caixa Econômica também quer oferecer seus serviços nessa parceria de correspondentes. A Caixa já está apta, já está trabalhando, e já está presente em todas as regiões do estado. Temos cinco representantes alocados em Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Campo Grande. Eu trouxe comigo a Isabelli, coordenadora de Mato Grosso do Sul pela Cactvs, que é quem faz esse braço — não apenas na parte tecnológica, assessorando a jornada do cliente, mas também na parte de elaboração de projetos simplificados, junto com o cliente, e em toda a liberação do crédito. Portanto, a Caixa já está apta. A Caixa foi convidada — e, deputado, quero deixar publicamente registrado o nosso reconhecimento pelo seu esforço. Desde o primeiro momento, o senhor nos procurou várias vezes, chamou-nos para o debate e defendeu que a Caixa também participasse desse atendimento à população. A Caixa, sempre que é chamada a servir a população brasileira, comparece. Foi assim durante a Covid-19, foi assim nas liberações do FGTS, foi assim no Rio Grande do Sul. Ou seja, sempre que a sociedade brasileira chama, a Caixa está presente. E esta é mais uma atribuição que o presidente da Caixa deixou clara: devemos contribuir, sim, para o desenvolvimento — principalmente da região Centro-Oeste, que ainda utiliza muito pouco esse tipo de crédito. Já estamos atuando. Temos mais de duzentas operações de crédito do Pronaf B. A Isabelli trará os números exatos. Mas enfrentamos, assim como os colegas mencionaram, algumas dificuldades: o acesso aos dados, por conta da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e também a dificuldade de localizar algumas dessas pessoas. Por isso, quero deixar um recado às lideranças, especialmente ao vereador Abílio: a Caixa Econômica está procurando as colônias de pescadores; nós estamos indo até a ponta. Estamos dispostos a oferecer, *in loco*, essa assessoria — porque essa é a nossa missão. Estamos indo aos assentamentos, às comunidades. A jornada criada pela Caixa é totalmente digital: não é

necessário ir à agência, nem mesmo para a abertura da conta — tudo é feito pelo aplicativo da própria Cactvs. A liberação do recurso é feita diretamente ao vendedor ou fornecedor do produto, o que evita que o crédito seja usado de forma inadequada. Assim, garantimos mais segurança e efetividade na aplicação dos recursos. Então, a gente garante que o crédito, uma vez recebido, seja aplicado em investimento e transformado em renda, em geração de valor, para que o produtor tenha condição de pagar e ter os descontos que o programa oferece, todas as vantagens. Estamos à disposição de vocês. Muito obrigado pela atenção.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Obrigada, Ricardo. A gente está sempre conversando com ela, Ricardo, e eu já tenho até passado nossas agendas. Temos uma agenda pensada para o mês, e eu sempre digo: Isabelli, lá é importante vocês estarem presentes. E assim a gente quer estender também ao Banco do Brasil, que vai operacionalizar o Pronaf B.

SENHOR RICARDO SAMPAIO (gerente de Governança da Caixa Econômica Federal) — Marina, eu não podia deixar de agradecer a você também, diretamente, porque a gente já está participando dos mutirões que você tem conduzido, com tanto zelo, por todo este estado. Sabemos o quanto é difícil mobilizar todas essas equipes — e você tem feito isso de forma extraordinária. Parabéns!

SENHORA ISABELLI MELLO (coordenadora da Cactvs) — Quero cumprimentar a Casa e a Mesa. Eu sou a coordenadora da Cactvs, represento a instituição aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. A Cactvs não atua apenas em Mato Grosso do Sul, ela em todo o Centro-Oeste e no Norte, realizando a cooperação e a execução do Pronaf B da Caixa Econômica Federal. Sobre a nossa atuação, quero destacar que, quando cheguei a Mato Grosso do Sul, muitos me conhecem e sabem que o começo não foi fácil. Eu tenho cerca de quatro meses de atuação aqui no estado, e foi nesse período que realmente iniciamos os projetos. Em quatro meses, foram seiscentas e sessenta e três propostas realizadas em todo o estado. E eu digo: viajei bastante, feito um lobinho, percorrendo o estado inteiro — que é grande! E dessas seiscentas e sessenta e três propostas, já foram gerados 4.620.500 de reais para o estado. E o que a gente vê é o efeito cascata dentro dos assentamentos: o dinheiro circula nas próprias cidades. Sempre que posso, apresento esses dados às prefeituras, dizendo: olha, será injetado esse valor no seu município. Porque o assentado não vai comprar fora — ele compra ali mesmo, no comércio local. Por exemplo: fizemos sessenta propostas em Terenos, o que gerou cerca de 800 mil reais. Esse recurso vai para as lojas agropecuárias, para o comércio local — e isso movimenta a economia da cidade. A gente sempre apresenta esses resultados aos representantes e líderes locais, porque nosso objetivo é trabalhar em conjunto. O que a gente tem é muita vontade, e também sensibilidade com o público que atendemos. Eu entendo o público com o qual trabalhamos. Muitas vezes, é mais fácil, para mim e para a minha equipe, ir até um assentamento atender duzentas pessoas do que esperar que duzentas pessoas se desloquem até uma agência. Por isso, pensamos desta forma: vamos

fazer mobilização, vamos atender o público dentro do próprio assentamento, para facilitar e tornar o processo mais acessível. E, felizmente, temos muitas parcerias — pessoas e instituições que realmente ajudam. Agradeço, especialmente, à Marina e ao deputado Zeca, que sempre nos dão espaço nos eventos para divulgar nosso trabalho. Todavia, muitas vezes, quando chegamos a um município, é importante que os assentados saibam que estamos ali, que estamos trabalhando, que o atendimento é real. Quando chegamos, atendemos as duzentas pessoas no assentamento; já fazemos a avaliação de enquadramento, e, se a pessoa estiver com os documentos em mãos, já elaboramos a proposta na hora. Ela já sai sabendo se foi pré-aprovada ou reprovada — e, se for o caso, explicamos o motivo. Somos transparentes quanto a isso: explicamos todo o processo. Dizemos, por exemplo: seu contrato estará assinado amanhã; seus documentos estão em ordem; em trinta dias, o dinheiro estará na conta. Porque a gente sabe da necessidade do produtor. Se acabou o período seco e vai começar a chuva, ele precisa plantar — não pode esperar muito tempo, ele precisa do recurso. Ou, se o fogo destruiu o pasto, ele precisa reconstruir logo, porque o gado está lá. É um crédito pequeno, é verdade — trabalhamos com microcrédito —, mas é essencial. Essa linha é de até 12 mil reais para o homem; 15 mil reais para a mulher; e, por família, é possível chegar a até 35 mil reais. Mesmo sendo um valor modesto, é um incentivo real para a pessoa poder produzir. Recentemente, compartilhei com a equipe uma história lá de Sidrolândia, no Capão Seco, de uma representante que superapoia a gente, que é a Leda. Por onde ela vai, ela leva o nosso nome, porque ela viu como o nosso atendimento é humanizado ali dentro, e a gente preza muito por isso. Outro caso foi o de uma assentada que comprou um resfriador. Pegou o crédito de 15 mil reais e comprou o resfriador... É um casal de idosos. Ela andava 20 quilômetros todo dia para entregar leite, no barro, na chuva. O marido, com as mãos todas calejadas de tanto tirar leite manualmente, comprou o resfriador e a teteira. Hoje eles estão felizes da vida! E são esses exemplos que fazem com que a gente melhore os processos, estude mais, melhore toda a estrutura da empresa, todo o atendimento — para prestar um serviço cada vez melhor. Mas, realmente, como eu disse — até o encontrei um dia desses, não é, Zeca?, em uma reunião que estava ocorrendo lá em Miranda —, nós não estamos conseguindo avançar; sabemos que temos o recurso, temos a estrutura para atender o pessoal; mas, muitas vezes, o que falta é conseguir chegar às lideranças, fazer a mobilização. E, quando a gente chega a uma aldeia — o que já aconteceu muitas vezes —, muita gente se interessa, porque há muitos indígenas que são produtores. A gente chega lá e... ninguém tem CAF. Aí é preciso marcar um retorno, em outra data. Quanto aos pescadores, a gente também já olhou para essa situação. Eu até já conversei com o senhor. Fomos à colônia de pesca de Aquidauana, com mais de cinquenta pescadores, todos interessados — boa parte deles, pelo menos — em pegar o crédito. Só que faltava uma documentação essencial, que é o CAF. Eu penso assim: não adianta só apontar e dizer: olha, não tem. E acabar ali. Eu nunca trabalhei dessa forma. Se uníssemos forças, conseguiríamos trabalhar melhor e levar o recurso até a ponta — porque esse é o principal objetivo. E, ao levar o recurso à ponta, a Cactvs tem um compromisso junto com a Caixa, porque é um princípio da Caixa, de anos, esse atendimento humanizado, esse atendimento na base, na ponta mesmo. Quando o crédito chega, ele não é apenas um valor depositado

— é algo que pode ser utilizado de forma orientada. A gente realiza quatro visitas, *in loco*, para acompanhar e ajudar o produtor. Desde o momento em que a proposta é feita, oferecemos apoio técnico. Todos os nossos técnicos são da área de ciências agrárias, justamente para fazer uma análise adequada e elaborar as propostas com qualidade. Então, há esse diferencial. Bem, eu me coloco à disposição, gente, para qualquer esclarecimento. Muito obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAAIQ) — Aproveito, Isabelli, para lhe fazer um convite: sexta-feira, às 9 horas da manhã, nós teremos uma atividade muito grande, com praticamente todas as lideranças indígenas de Nioaque, na inauguração de uma Unidade Básica de Saúde Indígena — acho que uma das primeiras aqui no estado — e na entrega de ambulâncias. Acho que seria um momento importante para dialogar com as lideranças de Nioaque, que é uma região importante — onde há cinco, seis aldeias, e as principais lideranças devem estar reunidas. Segunda coisa: Haroldo, a fala da Isabelli me fez lembrar que, em 1977/1978, eu trabalhava no Banco do Brasil, em Assis, e mexia com a Carteira Agrícola (Creia). Nos finais de semana, era prática da agência — numa região muito agrícola — deslocar o pessoal da Carteira Agrícola e do cadastro para aquelas comunidades e distritos de pequenos e médios agricultores. Fazíamos todo o procedimento lá no local, em vez de levar para a agência. Facilitava, evidentemente. Claro que, hoje, com a tecnologia, talvez seja mais complicado. Para concluir: Sidrolândia, Nioaque, Rio Brilhante, Ponta Porã, Nova Andradina e Itaquiraí são concentrações de grande número de assentamentos e, portanto, de famílias assentadas. Talvez o Banco do Brasil e a Caixa Econômica possam pensar em alguns atendimentos localizados — reforçar o time seria interessante.

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — Ótima ideia! É isso.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (presidente da CPDAAIQ) — Senão, vou encerrar.

SENHOR ABÍLIO VANELI (vereador de Coxim) — [Fala fora do microfone]...

SENHORA MARINA NUNES VIANA (superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) — É no Mulher, não é no B. O Pronaf Mulher é aquele outro. Eu não sei se o Fernando, o Arnaldo... Seria mais para a Agraer. Haroldo... O banco. É o teto de enquadramento.

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — O Pronaf Mulher. É o seguinte: existem os enquadramentos A, B, AC e Variável. A mulher pode estar enquadrada em qualquer um desses quatro. Se for do grupo A, ela pode pegar até 15 mil reais, no Pronaf B. Se for do grupo Variável — que é o Mais Alimentos —, o enquadramento é até 250 mil reais. Só que aí o risco é do banco. Quando o risco é de terceiros, como no

Pronaf A ou B, o endividamento máximo da unidade familiar é de 80 mil reais, considerando o A, o B, o Mulher, no grupo B, entendeu? E no Mais Alimentos, aí vai até o teto, de 250 mil. Mas depende da capacidade de pagamento da unidade familiar de produção. Cada unidade familiar de produção, dentro do banco, tem um tal de limite de crédito. Por exemplo: "Ah, minha renda é de 50 mil por ano; vou conseguir pegar o Variável de 250 mil?". Dificilmente! Vai depender da sua capacidade de pagamento. É mais ou menos por aí.

SENHOR PARTICIPANTE — [Fala fora do microfone no auditório]...

SENHOR HAROLDO CORTEZ MARTINS (Banco do Brasil) — Ater Privada pode, sim. A empresa de Ater Privada, se quiser ser correspondente bancária — acolher as propostas e mandar direto para o sistema do banco —, precisa ser credenciada como empresa de assistência técnica. Se ela já for credenciada no banco, ótimo. Olha o homem aqui! Fale com ele, que ele já credencia, faz a documentação, assina o termo e já começa a colher as propostas. No final, ele vai lhe passar o contato. Fique tranquilo.

DEPUTADO ZECA DO PT – PT (Presidente da CPDAIQ) — Bom, pessoal, vamos encerrar?... Eu quero agradecer a presença de todos vocês: do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Agraer, da Secretaria Especial, enfim, das lideranças que compareceram — pela oportunidade que a gente está tendo de dialogar sobre um tema importante e sensível para a agricultura familiar. Lamento — sinceramente — que outras lideranças dos movimentos ligados à questão da agricultura familiar e da reforma agrária, apesar da insistência e do convite que a Marina fez, não estejam presentes. A gente vai lá, enche o saco — para não usar um termo mais pesado —, cobra um monte de coisas que poderiam estar sendo resolvidas aqui. A nossa intenção, aqui na comissão, é contribuir com esse debate. Eu saio daqui entusiasmado em ver os números e em ver o quanto avançamos em três meses, já como resultado desse conjunto de ações coletivas — valendo a redundância — que nos permite avançar na agricultura familiar. É uma satisfação enorme tê-los aqui. Logo, logo, com certeza, teremos outras oportunidades de dialogar em torno de assuntos importantes para a agricultura familiar. Muito obrigado (16h47min).